



JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR.

HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA

Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo
Ex-Profª de Linguística nos cursos de graduação e Pós-graduação na PUC-SP e Profª de Língua na USP

Prefácio de Albertina Cunha
Especialista em Linguística

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Camara Júnior, Joaquim Mattoso

História da Linguística / Joaquim Mattoso Camara Júnior ;
tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo ; prefácio
de Albertina Cunha. - 7. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

1. Linguística 2. Linguística – História I. Cunha,
Albertina. II. Título.

11-03427

CDD-410.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística : História 410.9

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

Capítulo I

ABORDAGENS DIFERENTES AO ESTUDO DA LINGUAGEM. PRÉ-LINGÜÍSTICA, PARALINGÜÍSTICA, LINGÜÍSTICA PROPRIAMENTE DITA

Há várias maneiras de estudarmos a linguagem numa comunidade humana. Como introdução ao nosso curso sobre História da Linguística façamos, a respeito, uma apreciação rápida.

Em primeiro lugar, deparamo-nos com a inexistência de tal estudo. A linguagem é algo de trivial em nossa vida social. Os homens falam tão natural e espontaneamente como caminham. Estão tão acostumados a falar e aprendem a fazê-lo tão inconscientemente, começando na infância, passando à pré-adolescência e desta à juventude que nem sequer se detêm para observar a maneira como começam a falar. Seria tão pré-póstero quanto parar para observar o movimento de suas pernas enquanto caminham.

Embora não seja a linguagem um fenômeno biológico como o caminhar, mas uma criação social baseada nas capacidades biológicas, o falar torna-se tão mecânico na vida social que é considerado autoevidente e não se faz qualquer esforço para analisá-lo. Esta é, sem dúvida, a situação entre povos primitivos do passado e do presente.

Há, no entanto, algumas condições que favorecem o estudo da linguagem à proporção que a sociedade se desenvolve e se torna cada vez mais complexa.

A invenção da escrita, por exemplo, faz com que os homens percebam a existência de formas linguísticas, à medida em que eles tentam reduzir os sons da linguagem à modalidade escrita convencional. É uma nova atitude social que faz com que o pensamento humano focalize, com atenção, as maneiras como falamos como também o mecanismo da linguagem. Cria-se, desse modo, um novo clima na vida social em relação à linguagem e seu estudo pode desenvolver-se através do impacto de fatores sociais e culturais.

O primeiro desses fatores é a diferenciação de classes. Numa sociedade estruturada de maneira complexa a linguagem de um dado grupo social reflete-o tão bem quanto suas outras formas de comportamento. Deste modo, essa linguagem vem a ser uma marca desse *status* social.

As classes superiores dão-se conta desse fato e tentam preservar os traços linguísticos pelos quais se opõem às classes inferiores. Tais traços são considerados *corretos* e passa a haver um esforço persistente para transmiti-los de geração a geração. Esta atitude cresce em intensidade à medida que o impacto das classes inferiores se torna cada vez maior. O estudo da linguagem surge a fim de conservar-se inalterada a linguagem *correta* das classes superiores em seu contato com os outros modos de falar dentro dessa sociedade.

É este tipo de estudo que cria o que, tradicionalmente, chamamos de *gramática*. *Ele não possui gramática* significa que o falante em questão não dominou os traços linguísticos mantidos pelas classes superiores como marca do seu *status*. O estudo da linguagem, sob este ponto de vista, é um estudo sistemático desses traços. Chamemo-lo de *O Estudo do Certo e Errado*¹.

1. No original: "Do and Don't study" [N.T.].

Um segundo fator que determina o estudo da linguagem é o contacto de uma dada sociedade com comunidades estrangeiras que falam outras línguas. Seja esse um contato hostil ou amistoso, busca-se a compreensão linguística. Em consequência disso faz-se um esforço para dominar essas línguas estrangeiras.

Este esforço não leva, necessariamente, ao estudo das línguas estrangeiras em questão porque as pessoas podem dominar uma língua estrangeira seguindo uma abordagem experimental, tentando obter das situações concretas os dados linguísticos pelos quais podem chegar, pouco a pouco, a um comando satisfatório da língua estrangeira. Mas os contrastes entre as duas línguas estimula a curiosidade humana. Por isso os homens são levados a comparações sistemáticas. Assim, o estudo da linguagem nasce daquelas condições básicas de intercâmbio linguístico. Este é um segundo tipo de estudo da linguagem ao qual chamaremos de *O Estudo da Língua Estrangeira*.

Em ambos os tipos de estudo da linguagem consideramos o estímulo proveniente de uma diferença linguística contemporânea. Podemos, entretanto, ter outro tipo de diferença, aquela em que a fala atual é comparada com as formas linguísticas escritas do passado.

Há a necessidade de compreender-se textos antigos cuja língua é obsoleta. Esta necessidade dá lugar a um novo tipo de comparação – a da linguagem do passado com a do presente.

Em qualquer estado complexo, com tradição governamental, esta necessidade está viva e operante. Mas ela se faz mais agudamente sentida nos domínios da literatura. Esta é uma atividade da linguagem na qual a língua entra com o seu próprio risco, ao lado da intenção comunicativa. Isto leva, naturalmente, a se encerrar a língua de um modo mais consciente do que no caso das outras atividades da linguagem. Esta situação se torna mais profunda quando nos deparamos com textos literários do passado. Devemos compreender os traços linguísticos obsoletos a fim de captar a mensagem artística. Um estudo da linguagem desses textos torna-se, então, imperativo.

Temos, então, um terceiro fator para o estudo da linguagem. Este tipo de estudo tem sido chamado de *filologia* a partir dos gregos e, aqui, manteremos o termo. Chamaremos, então, este terceiro tipo de estudo da linguagem de *O Estudo Filológico da Linguagem*.

Um quarto fator para o estudo da linguagem surge com o desenvolvimento da ciência no seu sentido mais amplo. O pensamento filológico, por exemplo, processa-se através da expressão linguística. A precisão e as sutilezas do pensamento filológico levam a um intenso estudo da linguagem através do qual ambos podem ser transmitidos e, mesmo, estabelecidos e desenvolvidos.

Por esta razão os estudos filológicos são entrelaçados com o estudo da linguagem.

A necessidade de tornar a linguagem um instrumento eficiente para o pensamento filológico e de disciplinar o pensamento através do disciplinamento da linguagem dá lugar a um tipo de estudo, híbrido, filológico e linguístico ao mesmo tempo, a que os gregos chamaram de *lógica*. Assim, estamos diante do que podemos chamar *O Estudo Lógico da Linguagem*. Este tipo de estudo combina-se com *O Estudo do Certo e Errado* e empresta um colorido científico à orientação linguística das classes superiores.

Não esqueçamos, por outro lado, que a linguagem, embora algo da cultura, depende de aspectos biológicos do corpo humano. Como dissemos anteriormente, é uma criação social baseada numa predisposição biológica. O desenvolvimento da ciência pode levar a um estudo das características biológicas que permitam aos homens o uso da linguagem. E através deste estudo biológico chegamos a um novo tipo *O Estudo Biológico da Linguagem*.

Um novo impacto do desenvolvimento cultural sobre a linguagem, propiciando um estudo sistemático, vem da história, isto é, o conceito da sociedade humana como fenômeno histórico.

co. Sob esta nova luz todo traço social é visto como um acontecimento histórico e o novo ponto de vista leva ao estudo histórico da sociedade em todas as suas manifestações culturais. A linguagem como manifestação cultural da sociedade torna-se, assim, o objeto de um estudo histórico. Não nos esqueçamos que esta visão histórica é bem diferente da que chamamos *O Estudo Filológico da Linguagem*. Na filologia os homens estão côncios de um contraste entre os traços linguísticos do passado e os traços linguísticos do presente. O contraste é, porém, visto de um modo estático. “A” é conhecido como diferente de “B” mas “A” não é visto como a causa de “B” ou “B” como a consequência de “A”. Não são imaginados como pontos relacionados numa linha de desenvolvimento. A lacuna entre o conceito filológico e a concepção da linguagem está claramente ilustrada quando confrontamos aquilo que a filologia grega chamou de *metaplasmo* com a ideia de alternância sonora, elaborada pela linguística moderna.

O Estudo Histórico da Linguagem, em face de outros estudos da linguagem por nós já levados em consideração, focaliza-a como tal e tenta desenvolver sua natureza como um acontecimento histórico.

Todo fato social, entretanto, além de ser um acontecimento histórico, possui uma função social atual.

Assim, deparamo-nos com um sétimo estudo da linguagem, aquele que focaliza sua função na comunicação social e analisa os meios pelos quais ela preenche aquela função.

Não nos cabe aqui discutir se este sétimo estudo, aquele ao qual podemos chamar de *descritivo*, deva ser independente, correlato ou entrelaçado ao estudo histórico. Este é um problema que tem recebido respostas diversas de diferentes estudiosos em linguística e voltaremos a ele mais tarde, neste livro.

Por enquanto, precisamos apenas demonstrar que *O Estudo Histórico da Linguagem* e *O Estudo Descritivo* constituem o âmago da ciência da linguagem ou linguística. Em ambos,

tomamos a linguagem como um traço cultural da sociedade e tentamos chegar à sua natureza, ou explicando sua origem e desenvolvimento através do tempo ou o seu papel e meio de funcionamento real na sociedade.

Claro que *O Estudo do Certo e Errado* não é ciência. Nada mais é que uma prática do comportamento linguístico. *O Estudo da Língua. Estrangeira* apresenta alguns aspectos científicos na medida em que se baseia na observação e na comparação objetivas. Mas ainda não é ciência no sentido próprio do termo, uma vez que não apresenta o verdadeiro significado dos contrastes que descobre e não desenvolve um método científico de focalizar a sua matéria. O mesmo não se pode dizer do *Estudo Filológico da Linguagem*.

Podemos chamar aqueles três estudos da linguagem de *Pré-linguística*, isto é, algo que ainda não é linguística.

Por outro lado, o estudo *biológico* e o estudo *lógico* (ou, em sentido lato, *filosófico*) da linguagem não entram no domínio da linguagem propriamente dita. Permanecem nos seus limites como um tipo de *paralinguística*.

A *linguística* é uma ciência muito nova. Começou a existir na Europa em princípios do século XIX sob o aspecto de um estudo histórico, como veremos mais tarde. Antes dessa época encontramos apenas a *pré-linguística* e a *paralinguística* na cultura ocidental. Não há qualquer tipo de linguística na cultura oriental, mesmo nos países mais adiantados então, ou seja, a China e a Índia antigas. O estudo filológico e o estudo filosófico da linguagem foram lá oferecidos, algumas vezes, com eficiência brilhante. Deve ter havido, naturalmente, *O Estudo do Certo e Errado*. A linguística, porém, não evoluiu desses esforços.

Uma história da linguística deveria concentrar sua atenção na Europa do século XIX até os nossos dias incluindo, naturalmente, a América como uma extensão da cultura europeia e, entretanto, outros países não europeus que assumiram os principais traços e tendências do pensamento científico dominante.

Não devemos esquecer todavia que história nada mais é que um desenvolvimento contínuo. A linguística não teria evoluído sem as experiências da *pré-linguística* e da *paralinguística* na Antiguidade, na Idade Média e nos Tempos Modernos antes do século XIX.

Somos compelidos a levar em consideração os estudos *pré-linguísticos* e *paralinguísticos* antes do advento da linguística no século XIX, na Europa, como uma introdução à história da linguística propriamente dita.

Ademais, a *pré-linguística* e a *paralinguística* não cessaram de existir com o advento da linguística. Ambas continuaram a seguir o seu caminho, ora ganhando novos aspectos do ponto de vista da linguística, ora contribuindo para esta com seu próprio *background*. Mesmo nos séculos modernos uma história da linguística não poderia ignorar inteiramente alguns estudos *pré-linguísticos* e *paralinguísticos* que tratam dos aspectos filológicos, biológicos e filosóficos da linguagem.

Portanto, uma asserção global da história da linguística não se pode limitar à linguística propriamente dita. E não nos podemos esquecer que esta nem sempre se apresenta no decorrer de sua história como uma disciplina isolada e autônoma. Algumas escolas de linguística têm tentado agir assim, mas tem sido mais frequente o debordamento da psicologia, biologia e, mais recentemente, da antropologia no estudo da linguagem.

Agora podemos prosseguir focalizando, inicialmente, o estudo da linguagem na Antiguidade Clássica.

Capítulo II

OS ESTUDOS “PRÉ-LINGÜÍSTICOS” E “PARALINGÜÍSTICOS” NA ANTIGUIDADE

Na Antiguidade o estudo da linguagem foi totalmente desenvolvido na Índia e na Grécia. Encontramos em ambos os países “O Estudo do Certo e Errado”, “O Estudo Filosófico” e “O Estudo Filológico da Linguagem”. Na Índia prevaleceu o aspecto “filológico” da linguagem, porém “O Estudo do Certo e Errado” se origina dele. A preocupação principal foi a compreensão correta dos antigos textos religiosos dos “Vedas”. Com vistas a isto surgiu um estudo analítico sob o nome de “Vyākaraṇa” que, em sânscrito, quer dizer “Análise”.

O mais antigo tratado sobre a linguagem preservado até hoje, na Índia, é o de Yāska, um autor que viveu no IV século a.C., e tem por nome “Nirukta” que significa “Explicação”. É, na realidade, uma explanação das palavras do “Rigveda” que já se haviam tornado obscuras. A principal obra sobre a linguagem surgiu mais tarde, embora ainda no mesmo século, e consistia na descrição detalhada do sânscrito por Pāṇini; consiste este tratado em quatro mil estrofes ou “Sutras”, as quais relatam, de maneira resumida e simbólica, os fenômenos lingüísticos do sânscrito. É um tipo de código simbólico baseado numa tradição gramatical e, em si mesmo, muito obscuro. Foi explicado pelo “Grande Comentário”, ou “Mahābhāṣya”, cujo autor Pantañjali viveu provavelmente na segunda metade do século II a.C.

Pāṇini e Pantañjali estabeleceram as bases da gramática normativa do sânscrito e os tratados hindus que surgiram posteriormente nada mais eram que comentários sobre as “Sutras de Pāṇini” e sobre o “Mahābhāṣya de Pantañjali”. A orientação do “certo e errado” baseia-se numa observação muito acurada dos sons do sânscrito e da composição do vocábulo. Tarefa semelhante foi conduzida no prakritis, isto é, os vários dialetos do Médio Hindu falado na Índia Antiga ao lado do sânscrito, uma língua escrita essencialmente para trabalhos religiosos e literários e para uso das classes superiores.

Quanto ao estudo do “certo e errado” referente ao prakritis podemos citar o “Vyākaraṇa”, ou “Análise”, do gramático pali Kaccāyana que viveu depois do século VII da nossa era. A orientação filológica estimulou a composição das “Kosas” que correspondem aos nossos dicionários, tais como o “Amarakoṣa” ou dicionário de “Amera”, para o sânscrito clássico (aparentemente no século VI da nossa era).

Mas os estudos lingüísticos permaneceram desconhecidos no Ocidente até fins do século XVIII. É por isso que não tiveram qualquer influência no desenvolvimento do estudo da linguagem antes do advento da lingüística propriamente dita, no século XIX.

A tradição do estudo da linguagem na Europa, até esta época, vem da cultura da Grécia Antiga e, como etapa preliminar de nosso curso, devemos examinar, sucintamente, o modo pelo qual os estudos lingüísticos gregos foram conduzidos.

A principal abordagem ao estudo da linguagem na Grécia foi através da filosofia. Podemos dizer que os primeiros estudos “paralingüísticos” começaram sob o aspecto filosófico de les. Quase todas as famosas “Escolas” da filosofia grega incluíram a linguagem como um de seus objetos de investigação. Podemos mencionar, a propósito, a figura de Heráclito, que fez de *Logos*, “A Palavra” como a expressão do pensamento, o âmago da sua filosofia panteística; Parmênides, e sua escola eleática; Demócrito e, no seu rastro, Epicuro e seus discípulos discutiram assuntos lingüísticos.

Os principais estudiosos “paralinguísticos” da Grécia foram, entretanto, Platão e Aristóteles. O principal trabalho de Platão, no que se refere à linguagem, é o seu diálogo do *Crátilo* no qual encontramos a famosa discussão entre Crátilo (um filósofo da linha de Heráclito) e Hermógenes (que se inclina para Demócrito e seus seguidores). Platão claramente se identifica com Heráclito, porém Aristóteles desenvolveu uma teoria linguística baseada nas ideias de Demócrito.

Depois destes dois grandes filósofos, Platão e Aristóteles, os filósofos que se interessaram mais profundamente pela linguagem foram aqueles da Escola Estoica. Desenvolveram um estudo sistemático da gramática, baseado em Aristóteles, porém dele diferindo na sua teoria filosófica, até no que se refere à linguagem.

Consideremos rapidamente a grande interrogação sobre a linguagem que a filosofia grega trouxe à baila. A primeira delas foi a relação entre a língua e as coisas que ela exprime. Heráclito, com a sua teoria do *Logos*, dizia que a palavra é uma imagem exata do mundo. Por outro lado Parmênides viu, na multiplicidade das palavras, um produto da imaginação humana disfarçando a realidade aos homens. E os sofistas, seguindo de perto Parmênides, negaram à linguagem a capacidade de refletir a realidade.

Platão, no seu diálogo do *Crátilo*, discutiu principalmente a questão relacionada com o seguinte: a linguagem é imposta aos homens por uma necessidade da natureza (θέσει) ou se origina do poder de julgamento dos homens (νόμοι). Pessoalmente parece ele participar da primeira dessas opiniões, a qual está de acordo com a metafísica das ideias que regem, de fora, a mente humana. Aristóteles, por outro lado, crê que a linguagem surgiu por convenção ou acordo entre os homens (θέσει) mas faz uma distinção entre a linguagem propriamente (μὴν) como um produto de convenção, e o conteúdo da linguagem (λόγος) que está de conformidade com as coisas e assim o é (θέσει).

Uma pesquisa semelhante a esse (γύσει) debate foi o estudo da etimologia (do ἔτυμος “verdadeiro”). Nada tinha a ver com o que a moderna linguística atribui hoje a esse termo, mas uma pesquisa do “verdadeiro” significado de um vocábulo baseada na análise de suas partes constituintes. Em vez de uma explicação sobre a origem de um vocábulo colocada numa perspectiva histórica, a filosofia grega visava uma compreensão da ideia original que dera lugar a esse vocábulo e ainda mantém sua verdadeira significação, uma vez que a língua não era vista como um acontecimento histórico em mutação.

Uma grande parte do debate sobre a linguagem no diálogo de *Crátilo* é dedicada à etimologia. De acordo com esse debate no *Crátilo*, o vocábulo resulta da justaposição de elementos mais simples e o filósofo tem que chegar a ele pela análise do seu corpo fonético e da comparação com outros vocábulos com o mesmo ou com um aspecto sonoro aproximado. Assim, admite-se que Dioniso, o nome do “Deus do Vinho”, venha de “Διδοίνυσος”, isto é, “διδούς τὸν οἶνον” “o que dá vinho”, e “ἄρηρ” “ar” é assim chamado porque “levanta” “ἀρπει” coisas do chão. Nessas discussões etimológicas Platão não demonstra convicção mas é, antes, inconsistente e volúvel: assim, “ἄρηρ” é também aplicado com base no fato de que “sempre flui” “ἄει ρεῖ”. Parece que o filósofo estava bastante seguro da adequação de tal investigação etimológica, mas estava também cômico da fragilidade do método empregado.

O *Crátilo* retoma uma velha orientação sobre debates linguísticos abordados pela filosofia grega. Depois de Platão, o estudo da etimologia prosseguiu tornando-se cada vez mais pleno de sutilezas e arbitrariedades. O ponto culminante desta atitude foi a explicação “χρῆσ’ ἀντίρροοις”, pela qual admitia-se que a palavra exprimia, no seu corpo fônico, o oposto do seu significado; por exemplo, “bellum quod res bella not sit”.

Por outro lado, como filosofia (principalmente Aristóteles e os Estoicos), desenvolveram uma análise mais completa da linguagem e chegaram às asserções gramaticais, dando lugar

a um debate referente à *natureza* da gramática, isto é, das regras subjacentes que existem no uso da linguagem. Havia os “analogistas” que sustentavam que a linguagem é um sistema corrente governado por leis e indicando tais categorias por tais formas. Em oposição a eles, os “anomalistas” eram de opinião que a linguagem não possui regularidades e está dominada pela arbitrariedade. Aristarco, que viveu no século II ou III a.C., foi um notável defensor da analogia. Os Estoicos eram mais ou menos anomalistas e à sua frente podemos mencionar Crates de Mallos, no século II a.C., autor de um livro famoso, hoje desaparecido.

Assim o estudo filosófico da linguagem chegou a um aspecto descritivo, que foi chamado de gramática, “*γραμματικὴ*” “A Arte”, relacionado aos caracteres escritos. Vale a pena notar que este nome é evidência do papel da língua escrita como estímulo ao estudo linguístico.

Os fundamentos da gramática grega foram lançados por Aristóteles e continuados pelos Estoicos. Aristóteles via a língua através da lógica e desenvolveu o estudo lógico da linguagem, que prevaleceu até o advento da linguística propriamente dita. Fez a primeira distinção nítida a respeito das partes do discurso (“substantivos”, “verbos”, e “partículas”, ὄνομα, ρήμα, οὐδέποτε) e sobre a estrutura da oração (o nome como sujeito e o verbo como predicado). Os Estoicos, por outro lado, introduziram o conceito dos casos nominais (πρόστις).

A gramática grega chegou ao seu auge no período helenístico. Suas formulações foram resumidas no pequeno trabalho de Dionísio da Trácia do século II a.C., cuja influência sobre todas as gramáticas subsequentes é incalculável.

A gramática grega, com base na filosofia, ou melhor, na lógica e seguindo uma nítida orientação do “certo e errado” (visando impor o dialeto ático), abrange a fonética com uma classificação dos sons da língua grega e do estudo do acento (προσοδία) ao lado do estudo do vocábulo e da oração. A fonética foi também objeto das investigações dos gramáticos hindus; mas, enquan-

to estes últimos partiram da observação da articulação bucal, a gramática grega apoiava-se na audição. As primeiras investigações fonéticas na Grécia relacionavam-se à música e, no começo, aqueles que as realizavam eram chamados tanto de músicos como de gramáticos.

Desse modo podemos ver que a “paralinguística”, sob seu aspecto filosófico, e a “pré-linguística”, teoria do “certo e errado”, tiveram um grande impulso na Grécia, daí nascendo a gramática no sentido que mantêm até hoje.

Ao lado destes aspectos do estudo da linguagem encontramos também, na cultura grega, o estudo “filológico” da linguagem.

A filologia é a grande tarefa do estudo da linguagem durante o período helenístico em Alexandria. Seu objetivo principal foi a explanação dos textos dos antigos poetas, principalmente Homero. Como a antiga literatura grega usava dialetos locais e velhas formas do discurso que tinham se tornado observadas em face da expansão do dialeto ático como língua comum a toda a Grécia (κοινή), os filólogos alexandrinos eram levados a estudar as antigas fases da língua e os traços distintivos dos dialetos gregos. Assim, em um dicionário de Hesíquio, que veio provavelmente no século V de nossa era, encontramos não somente palavras áticas mas, também, vocábulos de outros dialetos gregos, do latim e, mesmo, de muitas línguas “não clássicas”, tais como o egípcio, o acadiano, o lídio, o persa, o frígio, o fenício, o cita e o parto. Vemos, assim, o início do estudo “de língua estrangeira” como consequência do estudo “filológico”.

Os principais filólogos do período alexandrino foram Zenodotos (no século IV ou III a.C.); Aristarco, famoso como intérprete de Homero; e Apolônio Discolo.

O estudo filológico misturava-se, naturalmente, com as asserções gramaticais de caráter normativo e com pontos de vista filosóficos entre (μύσει) e (θέσει) e analogia e anomalia. Aristarco, por exemplo, era um analogista.

A cultura romana aceitou e aplicou ao latim, em suas linhas gerais, o estudo da língua que os gregos haviam criado e desenvolvido. Mas a abordagem filosófica deu margem a uma gramática normativa mais estrita. Os problemas filosóficos da linguagem, levantados pelos gregos, foram utilizados pelos estudiosos romanos de maneira dessultória. O objetivo principal da gramática latina foi o que vimos chamando de "O Estudo do Certo e Errado".

No momento em que a gramática grega começou a influenciar a cultura latina, o latim não era ainda uma língua fixada e os hábitos linguísticos das classes rurais estavam em conflito com a "urbanitas", isto é, o estabelecimento de uma norma oficial para as classes superiores da cidade. À medida que o Estado crescia através de suas conquistas, crescia também, assim, a necessidade de uma língua única tendo sob seu domínio todo o Império Romano.

A gramática latina vinha tentando, incessantemente, manter o latim clássico em face da fala plebeia e da fala provinciana das populações heterogêneas. A abordagem do "certo e errado" estava sempre em jogo e aumentava seus esforços à medida que as forças contra o latim clássico tornavam-se mais poderosas.

Podemos mencionar, como o mais importante desses estudos em Roma, os vinte e quatro livros do *De Lingua Latina*, de Varrão, que viveu no século II a.C. Tomou como base para seu trabalho os Estoicos e Aristarco e foi um analogista, embora de modo não muito decidido. Aplicou as ideias gramaticais gregas ao latim inteligentemente e com certa dose de originalidade. Viu, por exemplo, a distinção temporal em latim entre *infectum* e *perfectum*, que é peculiar a essa língua. Em outros trabalhos, hoje desaparecidos, *De Sermone Latino*, Varrão estabeleceu os fundamentos da "latinidade" como sendo *natura*, *analogia*, *consuetudo* e *auctoritas*, isto é, a natureza da linguagem, as regularidades da gramática (como evitar exceções), o uso firmado e a autoridade de personalidades importantes, principalmente

os grandes escritores. Vale a pena notar que tal visão está ainda viva na abordagem do "certo e errado".

Ao lado de Varrão, podemos mencionar; também, o retórico Quintiliano, no século I de nossa era, e Aelius Stilo, mestre de Varrão, que trabalhou em etimologia à maneira dos Estoicos, fez um estudo filológico dos *Carmes Saliarum* (velhos cânticos religiosos da irmandade de Sálus), e chegou mesmo a estender suas vistas aos dialetos fora do latim. Em meados do século IV d.C. Elio Donato escreveu sua gramática normativa do latim a qual, sob o título de *Arte Menor*, permaneceu, por duzentos anos, o modelo mais autorizado de gramática expositiva.

Em Bizâncio encontramos, no reino de Justiniano, o gramático Prisciano, século V d.C., que baseou suas *Institutiones* em Apolônio Díscolo. Na mesma época, Santo Isidoro de Sevilha desenvolveu, em vinte livros, um amplo tratado de *Etimologia*, seguindo os passos de Platão e dos seguidores destes.

Capítulo III

O ESTUDO DA LINGUAGEM NA IDADE MÉDIA E NOS TEMPOS MODERNOS ATÉ O SÉCULO XVIII

Nos autores mais tardios da Antiguidade, tais como Donato e Prisciano, observamos já um esforço para manter a norma do latim clássico em face da língua popular do Império.

Na Idade Média, com o surgimento das vernáculos nas várias nações que constituíram o Império Romano do passado, este esforço aumentou a fim de conservar o latim puro como língua universal de cultura acima daquelas vernáculos.

Tal situação fez com que se enfatizasse muito o estudo do “certo e errado”. Os tratados de Donato e Prisciano eram os modelos para o ensino da gramática latina. Havia, entretanto, um fator conflitante em face das discrepâncias entre o latim clássico e o latim da Vulgata. Isto está ilustrado por um abade francês do século IX: “Eu discordo de Donato”, diz ele, “por crer ser maior a autoridade das Escrituras”. Este conflito estimulou novos pontos de vista no que dizia respeito à correção no uso do latim.

A mais completa expressão da gramática latina normativa na Idade Média é a *Doctrinale Puerorum* do autor francês Alexandre de Villedieu, no século XII. Foi escrita em hexâmetros latinos por se pensar, na época, que a versificação era muito útil aos propósitos pedagógicos. Não há preocupações filosóficas nesse tratado. É um manual puramente pedagógico, baseado, antes, no latim medieval do que no latim clássico, embora seguindo, em suas linhas gerais, a gramática de Prisciano.

Desenvolveu-se também intensamente a abordagem filosófica à medida que os escolásticos ganhavam terreno. Sob as influências dos ensinamentos de Aristóteles, a gramática era vista como uma “auxiliar (*ancilla*) da lógica”. Encontramos, desse modo, durante a Idade Média, um estudo “lógico” da linguagem, de grande importância, pelo impacto que exercen nos séculos subsequentes e ainda exerce. Foi então, por exemplo, que o nome e o conceito de *cópula* teve lugar na teoria gramatical. Mantinha-se, em termos lógicos, que toda oração possui três partes essenciais – *Sujeito, Cópula, Predicada*, uma oração verbal do tipo *Petrus amat* nada mais sendo que a redução de *Petrus est amans* com a *cópula est* estabelecendo a relação do sujeito com o predicado *amans*.

A disputa entre os analogistas e os anomalistas surge na abordagem filosófica da linguagem na Idade Média, na discussão relativa ao papel do gramático: se deve ou não melhorar a língua, dando mais regularidade aos seus padrões e conservando-a mais perto do mundo dos objetos e das ideias.

Entre as questões levantadas por aquelas gramáticas filosóficas da Idade Média podemos mencionar as seguintes: A Gramática é uma Ciência? São os modos de significar, de compreender e de ser idênticos? Nasceram os modos de significar das propriedades dos objetos?

A ideia subjacente era a de que existe uma estrutura gramatical universal comum a todas as línguas e que esta estrutura é mais evidente em latim. Encontramos aqui a ideia de uma gramática geral que tem dominado o pensamento dos homens, acerca da linguagem, por muitos séculos.

O mais famoso desses tratados filosóficos sobre a linguagem é o *De Modis Significandi Sive Grammatica Speculativa*, que foi atribuído a Duns Scotus e até mesmo incluído nas edições de seus escritos, mas hoje considerado como sendo da pena de Thomas de Erfurt, que viveu no século XIV. Observa-se que o uso da palavra latina *modus* era largamente em-

pregado naqueles tratados, de modo que seus autores são conhecidos pelo termo comum de *Modistae*.

O estudo da linguagem concentrava-se no latim e as línguas vernáculas não eram objeto de qualquer estudo normativo e especulativo. Havia, entretanto, certa curiosidade acerca das línguas faladas como também a necessidade de transmitir aos povos que as falavam a doutrina cristã. Isto deu lugar, no início, ao que hoje chamamos "O Estudo de Línguas Estrangeiras", embora aquelas línguas vernáculas fossem "estrangeiras" aos escritores que com elas trabalhavam, apenas no sentido de que os mesmos se colocavam, do ponto de vista do latim, a considerar como latinos os falantes das línguas de seus respectivos países.

Podemos mencionar, a este respeito, o trabalho de Aelfric, abade de Eynsham na Inglaterra anglo-saxônica do século XI, cujo texto revela o interesse dividido entre o anglo-saxão e o latim: *De Grammatica Latino-Saxonica*, seguido de um *Glossarium* ou *Dicionário Latino-Anglo-Saxão*.

No Renascimento, com o ressurgir do latim clássico como língua escrita dos estudiosos e com o novo interesse pelo grego, o estudo normativo de ambas estas línguas da Antiguidade foi muito favorecido.

Ao mesmo tempo, entretanto, surgiu um grande interesse pelas línguas faladas no mundo, como consequência da curiosidade do homem do Renascimento, por tudo que o circundava na natureza e na sociedade.

O estudo do "certo e errado", focalizando o latim clássico, é exemplificado pelo *Elegantiarum Linguarum Latinae Sive de Linguae Latinae Elegancia*, do italiano Lorenzo Valla, no século XV.

O estudo da "língua estrangeira" compreende livros sobre línguas orientais e indígenas americanas, tais como o etíope (por M. Victorinus no século XVI), o sírio comparado com o etíope e o árabe (A. Caninius no século XVI), e o basco (A. de Piza, nos fins do século XVI).

A abordagem da especulação filosófica, por outro lado, foi muito aplicada aos estudos linguísticos. A distinção entre a gramática "Vulgar" e a gramática "Filosófica" ganhou terreno e foi claramente estabelecida por Francis Bacon no seu livro *De dignitate et Augmentis Scientiarum*. Esse escritor define a gramática filosófica como uma investigação nas relações entre as palavras e os objetos ou ideias.

As principais manifestações da gramática filosófica no século XVI foram os livros *De Causis Linguarum Latinae*, de Julius Caesar Scaliger, e *Minerva*, de Francisco Sanchez de las Brozas, um autor espanhol que teve grande influência nos países latinos. Scaliger nos diz que seu intento é aplicar à língua as categorias lógicas de Aristóteles. Sanchez também visa desenvolver a estrutura lógica que ele julga inerente a todas as línguas.

No século XVII a orientação lógica nas asserções gramaticais chegou ao seu auge com a *Grammatica de Port-Royal*, de autoria de Lancelot e Arnaud.

Nessa época, notava-se já atenção sempre crescente pelas modernas línguas da Europa. O latim passa ao segundo plano. Dante, por exemplo, já viu claramente o problema dos vernáculos em face do latim (cf. Bertoni, 1937). Cada país demonstra entusiasmo por sua própria língua. Consequência: os "Louvores" do francês, do italiano, etc.

Do século XVI em diante encontramos gramáticas das línguas modernas, combinando a orientação lógica e a intenção do "certo e errado" com a observação, algumas vezes aguda e acurada, dos verdadeiros fenômenos linguísticos. Podemos mencionar, a este respeito, as gramáticas francesas de Meigret, Robert Estienne e Theodore Beze no século XVI, e a gramática castelhana de António de Nebrija, no século XV. Alguns dos tratados deste tipo podem ser incluídos no estudo de "língua estrangeira" uma vez que seu propósito é ensinar uma dada língua a estrangeiros; tais são os tratados de Miège (inglês para uso de franceses), de Percywall (espanhol para

uso de ingleses), Palsgrave (francês para uso dos ingleses) e Oudin (espanhol para uso de franceses).

Nesses tratados, as asserções fonéticas são, muitas vezes, apreciáveis. A fonética não era forte entre os gregos e os romanos e, na Idade Média, deparamo-nos com uma completa confusão entre som e letra. Teoricamente havia distinção entre os dois conceitos, porque as letras eram tidas como possuindo *figura* (seu aspecto gráfico), *nomen* (seu nome no alfabeto), e *potestas* (seu valor fônico). Mas, na prática, o valor fônico era frequentemente esquecido e o debate linguístico concentrava-se nas letras sob seu aspecto visual.

Ora, a partir do século XVI, devido ao estudo das línguas vivas modernas, o aspecto oral da linguagem foi trazido à baila e a teoria fonética, embora rudimentar, desenvolveu-se.

Esta nova atitude, em relação à fonética, foi apoiada pelo estudo "biológico" da linguagem que se desenvolveu no século XVII devido ao crescente interesse pelos órgãos da fala e a sua maneira de produzir os sons da linguagem. O progresso alcançado neste sentido foi suficientemente grande para ser utilizado no esforço humanitário de ensinar surdos-mudos a falar. A gramática portuguesa, por Fernão de Oliveira, no século XVI, é notável por suas asserções fonéticas.

A este respeito, devemos mencionar o tratado de um médico galês, Joan Dafydd Rhys, no século XVI, sob o título de *De Italica Pronunciatione*, no qual os sons das várias línguas europeias são examinados e comparados aos sons do italiano. No *Philosophical Language*, do inglês John Wilkins, no século XVII, encontramos quadros para ilustrar as articulações bucais.

Entretanto, a mais importante corrente no século XVII a respeito do estudo da linguagem foi o esforço de comparar as línguas e classificá-las de acordo com suas semelhanças. Era pensamento comum considerar-se o hebraico a língua original da humanidade. No século XVI, estudiosos como Postel, Buchman (que traduziu seu nome para o grego como Bibliander),

Gesner e Scaliger fizeram tentativas no sentido de uma classificação para as línguas.

O estudo da etimologia, da Antiguidade, foi renovado, mas já sob uma visão histórica. Foram feitos esforços para derivar de uma língua as palavras de uma outra adição, subtração, transposição e inversão de letras. Por ser o hebraico escrito da direita para a esquerda, pensava-se ser justificável inverter as letras em hebraico a fim de se chegar ao grego, latim e europeu modernos. Nesta linha temos o tratado do francês Ghinchard, nos começos do século XVII, sobre *A Harmonia Etimológica do Hebraico, Sírio, Grego, Latino, Francês, Italiano, Espanhol, Alemão, Flamengo e Inglês*.

Embora muito simples estes pontos de vista, eram eles significativos porque, dessa maneira, uma nova abordagem à linguagem pouco a pouco tomava corpo: o estudo "histórico" da linguagem, pelo qual o homem chegaria à linguística propriamente dita.

No começo do século XVIII esta corrente comparativa e histórica ganhou mais consistência e segurança.

J. Ludolf, por exemplo, afirmava, em 1702, que o reconhecimento das afinidades das línguas deve depender antes das semelhanças gramaticais do que do vocábulo, e nas correspondências de vocabulário a ênfase deve ser posta nas palavras simples, como, por exemplo, os nomes para as partes do corpo.

A este respeito, vale citar o famoso filósofo Leibniz. No seu *Brevis Designatio Meditationum de Originibus Gentium Ducitis Potissimum Ex Indicis Linguarum*, publicado nas atas da Academia de Berlim em 1710, afirma que nenhuma língua histórica é a fonte das línguas do mundo, uma vez que devem ser derivadas de uma "Protolíngua". É esta ideia segura que se encontra na base da linguística histórica-comparativa, como veremos mais tarde. Esboçou ele ainda, em seu livro, uma classificação das línguas, com um grupo *jafético* que dividiu em cítico (aproximadamente as línguas indo-europeias) e *céltico* (aproximadamente as línguas uralo-altaicas).

Capítulo IV

O ADVENTO DA LINGÜÍSTICA. A ABORDAGEM FILOSÓFICA DE HUMBOLDT. A ABORDAGEM COMPARATIVA DE RASK

Leibniz chamou atenção para as línguas do mundo em geral e insistiu para que o imperador da Rússia, Pedro, o Grande, determinasse o estudo das muitas línguas de seu Império. Ele também tinha ideia de um alfabeto universal a fim de reduzir todas as línguas faladas à escrita.

Esta iniciativa de Leibniz e o grande interesse pessoal da imperatriz da Rússia Catarina II, que reinou depois de Pedro, o Grande, estimulou a elaboração de grandes repertórios de todas as línguas então conhecidas, tais como o *Linguarum Totius Orbis Vocabularia Comparativa*, de Pallas, no final do século XVIII, e nos começos do século XIX, o *Catalogo de Las Lenguas de las Naciones Conocidas*, em espanhol, e o *Mithridates oder allgemeine Sprachenkunde*, em alemão.

De um aspecto mais “paralingüístico” foram os esforços para descobrir-se a origem da linguagem, partindo de um terreno filosófico, tais como os debates de Hobbes, Rousseau, Monboddo e Condillac. Um destes ficou famoso pelos apreciáveis pontos de vista que oferece quanto à natureza e função da linguagem: é o ensaio do estudioso alemão Johann Gottfried Herder sobre *A Origem da Linguagem*, escrito para um curso aberto pela Academia de Ciências de Berlim. Herder sustentava que a linguagem era criação do homem, não uma dádiva divina, nascida da necessidade da natureza humana. Também adiantou a feliz ideia de que a linguagem deve ter começado com verbos, não com substantivos.

Ao lado de Herder, como um estudioso “paralingüístico”, devemos colocar o italiano João Batista Vico, que em seus trabalhos, particularmente no *Scienza Nuova*, desenvolveu ideias filosóficas a respeito da linguagem. Ele se opõe a Scaliger, Sanchez e a todos os autores que atribuem o estudo da linguagem à lógica. A lógica, visando a uma expressão universal do pensamento, não pode fazer justiça, de acordo com o que ele diz, às infinitas particularidades que constituem o cerne de qualquer língua. Acha que a língua, ao contrário, é um tipo de poesia e recebe seu impulso da imaginação humana.

Vimos como no século XVIII foram desenvolvidas, no estudo da linguagem, ideias mais sólidas do que no período anterior. O caminho estava sendo preparado para o advento de uma verdadeira ciência da linguagem ou linguística propriamente dita.

Partindo de uma abordagem filosófica da linguagem pela observação direta de muitas línguas exóticas, o estudioso alemão Wilhelm von Humboldt nos oferece em seus trabalhos mais do que um mero estudo “paralingüístico”. Coloca-se no cerne dos fenômenos lingüísticos e tenta desemaranhar a natureza e o mecanismo da linguagem. Podemos dizer que ele começou a lançar os fundamentos do que vimos chamando o estudo “descritivo” da linguagem como um aspecto da linguística propriamente dita. É verdade, entretanto, que fez pouca descrição, no sentido de tratar, sistematicamente, com dados concretos. Prefere, a isso, uma série de raciocínios acerca da linguagem em geral, alicerçando-os com exemplos das mais variadas línguas.

De seus trabalhos numerosos, o mais importante é o estudo da língua *kawi* da ilha de Java, publicado postumamente. Como introdução a este trabalho escreveu seus famosos debates sobre a diversidade das estruturas lingüísticas e sua influência sobre o desenvolvimento espiritual da humanidade. É nesta

“Introdução”, hoje consultada como um livro separado, que se encontram expostas suas ideias básicas sobre linguagem.

Entre seus outros trabalhos podemos mencionar a pesquisa-inquérito sobre os primeiros habitantes da Espanha, partindo de um estudo do basco, um dicionário do basco e um tratado, em forma epistolar, sobre gramática geral e a língua chinesa.

Não é muito fácil captar-se as ideias de Humboldt devido a seu estilo impenetrável. Grande parte de seu pensamento tem recebido interpretações diversas. Suas ideias centrais, entretanto, são muito claras e estimuladoras e, até mesmo, provocativas. Façamos aqui uma pausa para considerar algumas delas.

Encarava a língua como uma atividade incessante, um trabalho mental dos homens, constantemente repetido para expressar seus pensamentos. Daí não encarar as línguas como um conjunto de formas linguísticas e de regras criadas para combinar estas formas, mas como uma série de atos da fala. Para ele, o que importa numa língua é o processo dinâmico da expressão através dos sons vocais. Apresentou esta visão na afirmação de que “a língua não é um produto para ser utilizado pelos falantes, ou, como sugere o termo grego “*ergon*”, ela é, ao contrário, uma incessante criação de cada falante, ou, como ele mesmo exprimiu através de um outro termo grego, uma *energeia*. Em referência a isto Humboldt está de acordo com Vico, que também enfatizara a criação subjacente a todo ato de fala.

Ao mesmo tempo em que fazia a afirmação acima, Humboldt convencencia-se de que toda língua reflete a psique do povo que a fala. É o resultado do modo peculiar no qual as pessoas tentam realizar o seu ideal de fala.

Ele acha, por outro lado, que a língua de um povo é o causal natural pelo qual aquele povo chega a uma compreensão do universo que circunda o Homem. E conclui que existe uma profunda influência de uma língua na maneira pela qual seus

falantes veem e organizam o mundo dos objetos em torno deles e de sua vida espiritual.

Opõe-se à ideia de uma gramática geral baseada dedutivamente em premissas lógicas, como vimos ser corrente no estudo “filosófico” da linguagem até o século XVIII. Advoga a possibilidade de fazer-se uma análise de todas as línguas do mundo a fim de serem comparadas as diferentes maneiras pelas quais a mesma noção gramatical é verdadeiramente expressa em línguas diversas. Por esse tipo de análise acha que se poderia chegar a uma descrição indutiva da língua. E ofereceu uma ilustração de tal método em um estudo sobre a flexão de número conhecido como *Dual*.

Tal como outros linguistas de seu tempo, como veremos mais tarde, Humboldt adotou uma classificação tipológica das línguas, baseada na estrutura do vocábulo.

A classificação tipológica existente até aquela época, devida a Schleicher, distinguia as línguas isolantes, aglutinantes e flexionais, partindo do chinês, o modelo do tipo isolante, para chegar à riqueza das flexões do sânscrito, do grego e do latim. A divisão era feita levando-se em consideração o fato de ser o vocábulo uma forma simples e indivisível, ou um composto de formas mais simples da mesma importância, ou um todo com uma forma central, ou raiz, seguido por formas secundárias ou afixos.

A classificação de Humboldt não está inteiramente de acordo com esta. Considera o chinês como uma língua sem qualquer forma gramatical, juntando a seu lado três tipos possíveis de línguas: o flexional, o aglutinante e o incorporador. Ilustra este último tipo com línguas tais como o *nahuatl*, no México, na qual um único vocábulo incorpora os diferentes elementos da oração.

De outro lado, faz Humboldt uma distinção entre o que ele chama a forma externa da língua e o que chama a sua forma interna. Por forma externa considerava os sons da língua, o corpo fonético do vocábulo, os recursos vocais da língua. Por for-

ma interna, ao contrário, considerava as ideias subjacentes àqueles grupos de sons, as distinções mentais dominantes na língua, ou, em outros termos, os significados das formas linguísticas e as categorias linguísticas tais como número, gênero, tempo, etc. E atribui à forma interna o papel principal. Escreveu, por exemplo: "Todas as excelências, por mais elaboradas e melodiosas, das formas fonéticas, mesmo se combinadas com o sentido articulatório mais delicado, são incapazes de manifestar o espírito de uma dada língua, se a irradiação das ideias que aquela língua mantém não as atravessa com o seu calor e sua luz".

Em sua interpretação dinâmica da linguagem, visualizou cada língua sob a influência do poder mental mutável de seus falantes e distinguiu dois períodos definidos em toda língua, um criativo com um instinto linguístico crescente e ativo, e outro no qual aquele instinto criativo declina e uma estagnação aparente tem início com respeito à *energeia* da língua.

Humboldt morreu em 1835 quando os principais estudiosos em linguística tinham já alcançado os fundamentos da ciência da linguagem, ou linguística propriamente dita, em bases bastante diferentes, partindo para o estudo "histórico" da linguagem através da comparação de línguas vivas e mortas. Pode-se afirmar, com segurança, que a orientação de Humboldt permaneceu isolada no mundo cultural de seu tempo.

Possui um único seguidor importante, Heymann Steinthal, que procurou esclarecer os conceitos de seu mestre e insistir no aspecto psicológico da linguagem, como adiantara Humboldt ao afirmar que a língua é uma *energeia*, uma atividade incessante do pensamento humano. Um dos muitos trabalhos de Steinthal é um *Manual de Linguística (Abriss der Sprachwissenschaft)* em meados do século XIX, no qual trata de línguas as mais variadas, especialmente as de países contemporâneos fora da Europa.

A abordagem "histórica" da linguagem, como vimos, começou no século XVIII por um esforço em comparar e classifi-

car as línguas de acordo com sua origem hipotética. Nesse esforço a linguagem veio a ser vista nitidamente através de uma linha histórica de desenvolvimento, na qual uma língua antiga dá origem a uma ou a várias línguas novas. Esta concepção está subjacente à linguística histórico-comparativa que se desenvolveu no século XIX.

O primeiro estudioso a fazer progressos na técnica da comparação histórica entre línguas foi o dinamarquês Rasmus Rask. O interesse na comparação de línguas que vinha ganhando terreno desde o século XVIII persuadiu a Academia Dinamarquesa de Ciências, em 1811, a estabelecer um prêmio de competição cujo assunto era "a investigação de que fonte a velha língua escandinava poderia ter-se originado".

Rask, que era um devotado aluno do islandês, considerada a mais antiga língua escandinava, ganhou o prêmio com seu trabalho intitulado *Investigação sobre a Origem do Antigo Nórdico ou Islandês*. O livro, escrito em dinamarquês, uma língua pouco conhecida fora da Dinamarca, não foi publicado durante muito tempo. Por essa razão, Franz Bopp, cujo trabalho surgiu um pouco mais tarde, é considerado o fundador da Ciência Histórico-Comparativa da Linguagem.

Entretanto, as ideias principais que deram à comparação histórica das línguas um método científico, em lugar das suposições do século XVIII, são claramente expostas por Rask. Insiste na importância das comparações gramaticais em vez de aproximar palavras cuja concordância é incerta, por podem passar facilmente de um povo para outro. As inflexões morfológicas, ao contrário, afirma ele, são raramente ou nunca tomadas de uma língua para outra. Ele se apoia também, entretanto, na concordância entre as palavras mais essenciais, mais concretas e mais indispensáveis.

Por outro lado, constatou que há uma regularidade nas passagens das vogais e consoantes de uma dada língua, comparada a outras com as quais têm relações de parentesco. A este respeito é muito sensível aos valores fônicos e, no que diz

respeito à mudança de letras, tem nitidamente em mente o que os escolásticos haviam chamado de *Potestas* da letra, isto é, seu som no vocábulo articulado.

Em uma gramática islandesa, anterior à *Investigação* para a competição da Academia Dinamarquesa, Rask apreendeu a ideia tanto do que hoje chamamos *Morfofonémica*, como do *Sandhi* indu: a mudança de vogais e consoantes em contato quando formas mínimas entram na combinação de um todo mais complexo. Ele explica certas alternâncias vocálicas no islandês como devidas à aproximação da vogal da raiz à vogal da terminação.

Em sua *Investigação* foi bem-sucedido ao descobrir, de maneira mais ou menos aproximada, o grupo de línguas que viriam a ser chamadas mais tarde de família indo-europeia ou indo-germânica. Nela incluiu cinco grupos menores: o gótico, isto é, as línguas germânicas, entre as quais colocou o escandinavo, naturalmente, o eslavo, o lituano, o latim e o grego. Cometeu o erro de deixar fora o celta. Ademais, não viu a relação entre este ramo europeu de línguas e as línguas asiáticas e persas. Mais tarde chegou a se corrigir nestes dois pontos.

O grande mérito de Rask foi dar os primeiros passos firmes em direção à Gramática Comparativa. Sob este aspecto pode ser considerado o grande pioneiro do que vimos chamando “O Estudo Histórico da Linguagem”, como uma das modalidades da ciência da linguagem ou linguística propriamente dita.

Com ele e, em menor grau com Humboldt, a História da Linguística, como a definimos, tem seu verdadeiro início.

O grande impulso, entretanto, para a elaboração de estudo histórico da linguagem teve início depois da descoberta do sânscrito e da cultura da Índia pelos estudiosos europeus no começo do século XIX. A marcha para a linguística, que começara desde o século XVIII, na Europa, recebeu da gramática do sânscrito e da gramática hindu um estímulo inesperado, que foi decisivo para o estabelecimento da linguística.

Capítulo V

A DESCOBERTA DO SÂNSCRITO PELA ERUDIÇÃO MODERNA*

A descoberta do sânscrito e da cultura da Índia, pela erudição europeia, resultou no domínio político da Índia por parte da Inglaterra. A cultura hindu não atraía o interesse dos gregos, mesmo depois da conquista de Alexandre, devido à tendência grega de olhar todos os outros povos como bárbaros. Mesmo durante a Renascença e os séculos seguintes só houve um interesse muito vago e esporádico pela Índia e pela Pérsia. Tinha-se uma confusa ideia da conexão do persa com línguas europeias, especialmente o alemão. Essa suposição, que visava um alvo falso, foi apresentada pela primeira vez pelo italiano Bonaventura Vulcanius nos fins do século XVI e persistiu por muito tempo.

A respeito da Índia alguns missionários e viajantes, mais perspicazes, perceberam que havia uma relação do sânscrito e das modernas línguas hindus, ligadas a ele, com o grego e o latim. Desses argutos observadores merece menção o italiano Sasseti, no século XVI, e o jesuíta francês Coeurdoux, no século XVIII. O primeiro ventitou a ideia incidentalmente em

* Este capítulo, como já estivesse publicado (cf. *Revista de Cultura Vozes*, agosto de 1974, p. 5-8), não o retraduzimos. A Redação da revista, porém, informa que o texto é de uma apostila em português, sem data, muito próximo ao texto inglês, possivelmente traduzido do próprio Mattoso Camara. [N.T.]

cartas a amigos na Itália; mas o segundo escreveu uma *Memória* sobre o assunto para o Instituto de França.

O que então disseram ficou, porém, praticamente desconhecido. Ao contrário, nos últimos anos do século XVIII, um juiz inglês em Bengala, Sir William Jones, emitiu uma opinião nesse sentido que teve grande repercussão (texto em Arens, 1955, 127-128).

Ao mesmo tempo, a filosofia e a religião hindu se difundiam na Europa, principalmente pela ação dos eruditos ingleses. Uma e outra, tão diferentes da filosofia e da religião gregas, foram um impacto sobre o pensamento europeu e contribuíram para fortalecer o Romantismo como movimento de ideias que se opunham à influência e domínio da cultura greco-latina na Europa Moderna.

Do mesmo modo, o método e as concepções da gramática do sânscrito, que se encontravam em Pânini e seus seguidores, estimularam o espírito europeu no sentido de uma nova visão da linguagem. O que os gregos e romanos tinham dito passou por um crivo crítico em face do que sugeria a leitura da gramática sânscrita. Convém insistir nesse aspecto da influência do sânscrito. O estudo fonético pelo exame das articulações bucais, por exemplo, e o conceito de "raiz" dentro do vocábulo, como expunham os gramáticos hindus, tornaram-se pontos básicos na nova linguística. Vale notar que a gramática sânscrita, de um ponto de vista puramente descritivo, via na raiz reduzida a raiz original. Os primeiros linguistas, do novo ponto de vista histórico, aceitaram em falso a forma reduzida como forma original das raízes primitivas e partiram dessa forma para reconstruir a língua primitiva de que se derivam o sânscrito, o persa, o grego, o latim, o germânico e o eslavo. Também em relação à fonética deve-se notar que a gramática sânscrita considerava /a/ a vogal essencial, porque os antigos /e/ e /o/ tinham se confundido com /a/, e /e/ e /o/ secundários tinham aparecido pela monotongação de /ai/ e /au/, como em francês moderno (cf. *mai*, do lat. *maius*, e *chaud*, do latim cali-

cus com uma fase intermediária *caud*-). Os primeiros linguistas, em suas perspectivas históricas, lançaram daí a teoria de que /a/ é a vogal original da linguagem humana e /e/ e /o/ são modificações secundárias dela.

O primeiro grande livro que chamou a atenção dos estudiosos europeus para a Índia e sua antiga língua foi a série de preleções do erudito alemão Friedrich von Schlegel, *Sobre a língua e filosofia dos hindus (Über die Sprache und Weisheit der Indier: Ein Beitrag zur Begründung der Altertumskunde*, 1808), que se publicou logo no início do século XIX (textos em Arens, 1955, 139-148).

Schlegel aprendera sânscrito em Paris através de Sir Alexander Hamilton, antigo governador inglês da Índia que estava internado em Paris em consequência da guerra napoleônica. Também tivera oportunidade de examinar documentos sânscritos na biblioteca pública de Paris. Demais, era um adepto do Romantismo. Desse movimento de ideias captara o conceito de um desenvolvimento orgânico a dominar todo o mundo físico e humano. E aplicou-o à linguagem (cf. FIESEL, 1927). Em seu livro, Schlegel aventou uma relação e origem comum entre o sânscrito e as línguas mais conhecidas da Europa, como o grego, o latim e o alemão. Considerava o sânscrito a mais antiga delas. Foi o primeiro a empregar o termo de "gramática comparativa", advogando uma comparação sistemática de todas essas línguas. Mas não tinha a menor compreensão das mudanças fonéticas. Ao contrário, atinha-se ao método de só fazer comparação de vocábulos de sons idênticos com discrepâncias facilmente explicáveis por quase evidentes estágios intermediários. Perdeu assim a oportunidade de criar a gramática histórico-comparativa, baseada em leis fonéticas, uma ideia que Rask claramente teve e aproveitou, como já vimos.

Schlegel também procurou dar uma ideia das estruturas linguísticas. Dividiu-as em duas classes, uma que abrangia o sânscrito e as línguas com ele relacionadas, e outra correspondente a todas as outras línguas. Na primeira classe insistiu so-

bre o seu aspecto flexional. Foi ele o primeiro a empregar o termo "Flexão" no estudo linguístico. Quereria dizer com isso a capacidade de mudança interna das palavras, que interpretava como resultante de um crescimento orgânico das "raízes", de que sairiam elementos formais como rebentos de uma planta.

Mas a grande preocupação de Schlegel não era o estudo linguístico. Não era um linguista no sentido estrito do termo. O seu propósito era difundir a filosofia e a cultura da Índia em oposição ao domínio da filosofia grego-latina na cultura europeia. Visava assim a roborar o movimento do Romantismo contra o Classicismo. Não obstante, foi enorme a sua influência para o advento da linguística. Não sendo especialista em estudos de língua, mas antes um grande erudito interessado em problemas de linguagem, teve um público muito maior do que de qualquer especialista em estudos de língua e contribuiu muito para vulgarizar a ideia do estudo histórico das línguas e da gramática histórico-comparativa. Graças a ele a incipiente ciência histórica das línguas se tornou um objeto de alto interesse para a erudição europeia. Além disso, as suas ideias sobre a classificação das línguas foram o ponto de partida para classificações tipológicas em moldes que tiveram muita aceitação em seguida.

August Schlegel, irmão de Friedrich Schlegel, foi professor de sânscrito na Universidade de Bonn. Ele e seu discípulo, o norueguês Christian Lassen, foram os fundadores da filologia sânscrita na Europa. Assim se criou o estudo filológico do sânscrito. Os *Vedas*, antigos hinos religiosos do povo hindu, o *Mahabharata* e o *Ramayana*, tradicionais epopeias, as obras dramáticas da literatura hindu e os tratados filosóficos e religiosos do Bramanismo e do Budismo passaram a ser comentados e debatidos do mesmo modo que a filologia clássica procedia em relação a Homero e aos grandes autores antigos da Grécia e de Roma.

A partir de então, durante o século XIX, desenvolveu-se com intensidade o estudo filológico do sânscrito. Podemos ci-

tar entre os sanscritistas do século XIX Niels Westergaard, Theodor Benfey, Otto Böhtling e Rudolf Roth, estes dois últimos autores de um dicionário do sânscrito em 7 volumes, bem como o francês Eugé Burnouf.

Alguns desses mestres também se dedicaram ao estudo filológico das línguas da Pérsia Antiga. O pioneiro foi aqui um viajante francês, Anguettil du Perron, no século XVIII, que viveu muito tempo entre os Parsis, aderentes de Zoroastro, que tinham se refugiado na Índia durante o domínio maometano da Pérsia. Ramus Râs revelou um grande interesse pela língua do *Avista*, o livro sagrado da Pérsia Antiga. Na interpretação dessa obra, salientaram-se Burnouf, Westergaard e o alemão Christian Bartholomae, cujo dicionário dá uma interpretação cabal do texto persa.

Ao mesmo tempo continuava a filosofia greco-latina, iniciada na Renascença. No século XIX essa filologia clássica fez um grande progresso na crítica dos textos, isto é, no método de comparar os diferentes manuscritos gregos ou latinos de uma obra dada para descobrir interpretações, omissões e erros de copistas. Mas o principal avanço na filologia da época foi feito pelo mestre alemão Georg Curtius, que nos meados do século XIX associou a filologia grega com a linguística histórico-comparativa (textos em Arens, 1955, 242-251). Para o latim uma nova orientação coube ao dinamarquês J. Madvig. Pode-se dizer, portanto, que no século XIX o estudo "pré-linguístico" da filologia foi ligado ao domínio da linguística propriamente dita, ficando como um ramo especializado dessa ciência.

O estudo filológico também se estendeu às línguas medievais da Europa, o que decorreu principalmente da importância que o romantismo dava à Idade Média e a todos os seus aspectos culturais. August Schlegel foi o grande pioneiro nesse tipo de investigação no livro, escrito em francês, com o título de *Observações sobre a língua e a literatura da Provença* (*Observations sur la langue et la littérature provençale*, 1818) onde focalizou a língua românica e a respectiva poesia lírica do

sul da França durante a Idade Média. Desta sorte, a incipiente ciência da linguística ganhou um novo domínio para aplicar o seu método histórico-comparativo: as línguas europeias derivadas do latim. Aí a linguística histórico-comparativa tinha diante de si línguas vivas modernas para relacionar a uma língua original bem conhecida – o latim. Veremos mais tarde que essas condições trouxeram vantagens e desvantagens para a precisão das investigações.

Capítulo VI

OS FUNDAMENTOS DEFINITIVOS DA GRAMÁTICA HISTÓRICO-COMPARATIVA DO INDO-EUROPEU. BOPP E GRIMM

A ideia de um estudo histórico-comparativo da linguagem, que já vimos bem desenvolvido na *Investigação*, de Rask, sobre o escandinavo antigo, combinou-se com o conhecimento do sânscrito, para o qual Friedrich e August Schlegel já haviam chamado a atenção da erudição europeia, no famoso trabalho do alemão Franz Bopp referente ao estudo comparativo dos verbos do sânscrito, grego, latim, persa e as línguas germânicas que estabelecia a existência de uma grande família de línguas abrangendo tanto a Europa como a Ásia (1816).

Bopp publicou este livro quando estava em Paris dedicando-se ao estudo das línguas orientais. Logo concentrou sua atenção no sânscrito. Foi, por assim dizer, desde o princípio, um filólogo do sânscrito e seu pequeno livro sobre o estudo comparado dos verbos, já por nós mencionado, compreende, em sua parte final, uma série de traduções do sânscrito.

Enquanto Rask visava principalmente estabelecer a relação de alguns grupos de línguas para chegar a uma família maior; o objetivo principal de Bopp era descobrir a origem das formas gramaticais. Desta maneira, tentou investigar a origem da linguagem, não em premissas filosóficas, como seus predecessores do século XVIII, mas em bases linguísticas, discutindo as formas linguísticas através da comparação e arranjo histórico delas.

Para tal fim, o sânscrito pareceu-lhe da mais profunda importância devido à sua antiguidade, muito maior do que a do grego e do latim. Não cometeu o erro, entretanto, de considerar o sânscrito a língua oriental da família que ele assim descobriu. Há uma passagem no livro de Bopp na qual claramente desautoriza tal interpretação de seu pensamento. Mais explicitamente do que Rask, seu propósito era ter uma ideia da língua pré-histórica desaparecida da qual as línguas por ele consideradas deviam ter-se derivado.

Mas estava convencido ao mesmo tempo de que, por este método, podia chegar à língua original da humanidade. Esta língua hipotética devia ser constituída, de acordo com seu ponto de vista, de raízes em função das palavras. Tentou ver nos verbos flexionais uma combinação de elementos mais simples que o estudo comparativo poderia destacar.

Muitas de suas conclusões a este respeito, embora apressadas, estabeleceram-se depressa em linguística histórica. Entre elas podemos mencionar: a interpretação do final do sânscrito *asmi* "Eu sou" como pronome de primeira pessoa; a atribuição da parte final do imperfeito e futuro latinos em *-da-* e *-bo-*, respectivamente, à raiz do sânscrito *bhu* da qual se deriva o latim *fui* e o antigo inglês *beo* (cf. o inglês *be*); o *-r-* da terminação latina da passiva de uma forma verbal como *amari*s com o pronome reflexivo *se*, *s* mudando para *r* entre vogais em latim; a explicação da terminação da segunda pessoa do plural *-mini* em latim (cf. *amamini*, etc.) como o nominativo masculino plural de um particípio correspondendo ao grego *-menos* e encontrado em uma forma diferente no latim *alumnus*; a interpretação de uma consoante dental na terminação de pretéritos dos verbos fracos nas línguas germânicas como a redução da raiz correspondendo ao inglês *do*, alemão *tun*, gótico *taujan*.

O segundo grande trabalho de Bopp foi sua *Grammatica Comparativa* do sânscrito, zend (isto é, persa antigo), armênio, latim, lituano, antigo eslavo, gótico e alemão (a partir de 1833). Nesse livro, depois de haver juntado ao seu primeiro

bloco o celta e o albanês, encontramos aquelas línguas que, durante muito tempo, seriam incluídas somente no grupo maior de línguas, a que Bopp veio finalmente designar como família linguística indo-europeia.

Vale a pena mencionar que Bopp não deu a devida importância à fonética. No seu estudo comparado dos verbos não tocou naquela parte básica da linguística. Sua preocupação primordial é com a morfologia como um estudo estrutural da palavra. Desenvolveu a ideia de flexão, que não estava muito clara em Friedrich Schlegel, o qual, como vimos, havia lançado o termo. Schlegel chamou flexão tanto às partes secundárias que se juntam à raiz para constituir a palavra gramatical como às alternâncias raiz-vogal, um processo gramatical regular nas línguas semíticas e encontrado também no latim e no grego. Bopp, ao contrário, sustentava que as partes secundárias ligadas a uma raiz são as verdadeiras flexões. De acordo com este ponto de vista, dividiu as línguas em três grandes classes: I) Línguas sem organismo ou gramática, como o chinês, na qual o vocábulo é uma forma fixa e indivisível; II) Línguas com raízes monossilábicas que adquirem seu organismo ou gramática, por meio de composição das raízes com elementos secundários; III) Línguas com raízes dissilábicas e três consoantes obrigatórias, a vogal da raiz que se altera para exprimir noções gramaticais. Nessa última classe ele colocou, exclusivamente, as línguas semíticas, separando-as tipologicamente das línguas indo-europeias, que veio a incluir numa segunda classe.

Bopp pode ser considerado o fundador da linguística indo-europeia. Embora seu objetivo último fosse muito mais elevado e ilusório, teve a honra de, pelo menos, provar a existência de uma grande família de línguas, à primeira vista muito separadas, e de dar um vislumbre do método para descobrir o desenvolvimento histórico delas.

Ora, o estudo comparativo das línguas deste bloco, a família indo-germânica ou indo-europeia, foi decisivo para estabelecer como ciência real a abordagem histórica da linguagem.

Apesar de suas deficiências temos que atribuir a Bopp o mais importante papel neste tipo de abordagem. Ele abriu o caminho para o desenvolvimento de um dos dois aspectos da ciência da linguagem ou linguística propriamente dita - "O Estudo Histórico da Linguagem".

Um contemporâneo de Bopp, Jacob Grimm, avançou um pouco mais no estabelecimento do estudo histórico da linguagem, atendo-se às línguas germânicas da família descoberta por Bopp. Grimm foi, inicialmente, um estudante de direito, porém cedo, sob a influência do Romantismo, dedicou-se à poesia germânica da Idade Média. Seu primeiro livro tratava dos poetas medievais do alto-alemão, da mesma maneira que Augusto Schlegel tratara dos poetas medievais do sul da França. Posteriormente, junto com seu irmão Guilherme, Grimm publicou uma coleção de contos alemães, popular até nossos dias.

Pouco a pouco, entretanto, embrenhou-se no estudo da linguagem e seu novo interesse era evidente na revisão que fez da gramática islandesa de Rask. Por fim tomou a si a tarefa de escrever uma gramática comparada das línguas germânicas que haviam tido um tratamento muito superficial na gramática comparada de Bopp a qual abrangia todo o campo das línguas indo-europeias. O primeiro volume desse livro, que surgiu três anos depois do estudo sobre a conjugação no indo-europeu e um ano depois da publicação da *Investigação do Antigo Nórdico*, por Rask (1819), foi inteiramente retrabalhado numa segunda edição quatro anos mais tarde. Seguiam-se a esse primeiro mais três volumes que cobriam, de maneira detalhada, todo o trabalho da linguística histórica alemã.

Grimm deu especial atenção ao gótico, a antiga língua dos godos orientais, preservada até nós numa tradução parcial da *Bíblia* pelo bispo Wulflas, que viveu no século IV de nossa era. O gótico teve, para o estudo histórico de Grimm, a mesma significação que para Bopp tivera o sânscrito.

Na segunda edição do primeiro volume de sua *Gramática Germânica*, Grimm deu grande atenção à fonética. Foi o pri-

meiro linguista a desenvolver um tratamento sistemático da mudança fonética em face do estudo comparado das línguas germânicas.

No que diz respeito às vogais cometeu o erro de dizer que *a*, *i* e *u* são vogais verdadeiras e que *e* e *o* são modificações de *a*. Como já vimos, esta visão errônea foi sugerida aos primeiros linguistas pelo sistema vocálico do sânscrito. Grimm tinha uma segunda razão para aderir a este ponto de vista dentro do âmbito germânico, pois o *e* indo-europeu mudara para *i* no gótico.

Apesar disto lançou os fundamentos da fonética histórica germânica. Quanto às vogais, fez as primeiras declarações sobre dois tipos de alternância vocálica, a que chamou respectivamente em alemão *Umlaut* e *Ablaut*.

Visualizou o fenômeno do *Umlaut* como diretamente devido à influência da semivogal *i* ou *u* da flexão sobre a vogal da raiz. Depois de determinar a mudança na vogal da raiz, desapeceu a semivogal. A situação no gótico, entretanto, era outra: nele encontramos a semivogal ainda presente e a vogal da raiz inmutável. Comparando-se as formas das antigas línguas germânicas, como o escandinavo, alto-alemão e anglo-saxão, com as formas mais conservadoras em gótico, Grimm pôde traçar a diferença nas vogais das raízes que ele encontrou. Mostrou ele, por exemplo, que havia no alemão um sufixo verbal *-yan*, ainda presente em gótico, para formas dos verbos causativos, e que a semivogal deste sufixo, antes de sua perda, determinou a mudança da vogal da raiz; assim, temos em inglês o verbo *fill* ao lado de *full*, *raise* ao lado de *rise*.

Quanto ao fenômeno que Grimm chamou de *Ablaut*, sua explanação é unilateral e errônea, porém teve o mérito de trazer esse fenômeno à baila dentro das línguas germânicas. O assim chamado *Ablaut*, como o conhecemos hoje, é uma divergência vocálica nas raízes do indo-europeu, quer da qualidade da vogal quer de sua quantidade. A divergência na qualidade é entre *e* e *o*. O sânscrito, tendo reduzido o primitivo *e* e o *para a*, não preservou qualquer traço deste tipo de *Ablaut*. Mas no

grego e no latim nós nos deparamos com tal fenômeno em oposições tais como a do latim *toga* (subst.) ao lado de *tego* (verbo), ou *ped-* em *pés pedis* e *pod-* em *repudiare*. Em grego temos exemplos como *λείπτις* (presente) mas *λείπειται* (perfeito). A divergência de quantidades permanece entretanto no sânscrito. Explica as consoantes *r*, *l*, *n*, e as semivogais *y* & *w* como núcleo de uma sílaba em algumas formas verbais em oposição a outras formas nas quais encontramos na raiz *ar*, *an*, *al*, *ai*, *au*. Os gramáticos hindus partiram da raiz reduzida e chamaram a vogal *a* de *gunna*, isto é, o reforço da raiz; mas a raiz com a então chamada *guna* é a raiz normal, que pode apresentar duas outras variedades: a vogal reduzida ou a vogal alongada.

Grimm não deu atenção às diferenças das vogais do radical no âmbito das línguas indo-europeias. Achou que o *Abblaut* era um fenômeno germânico e circunscrevu sua atenção ao *Abblaut* qualitativo. Ademais, por acreditar serem vogais genuínas o *a*, o *i*, e o *u*, criou um quadro falso mesmo em germânico.

A interpretação do fenômeno foi atribuída por ele à morfologia. Como o *Abblaut* em um vasto grupo de verbos germânicos faz uma distinção entre forma de presente e de passado (e em gótico a oposição é nítida) Grimm pensou que a vogal mudava só para estabelecer essa distinção. Ele próprio buscou uma explanação simbólica para a escolha das vogais. Era um erro grosseiro, naturalmente, mas apesar disso era uma afirmação sistemática em lugar do modo impreciso pelo qual, antes dele, eram encaradas as mudanças fonéticas.

Além disso, com sua teoria do *Abblaut*, Grimm foi capaz de dividir os verbos germânicos, com muita exatidão, em duas grandes classes de acordo com o modo de exprimir o passado. Aquelas que juntavam um sufixo dental chamou de *verbos fracos* e aqueles que indicavam o passado através do *Abblaut* chamou de *verbos fortes*. Esses dois nomes têm sido largamente aceitos e ainda são empregados nos dias de hoje nas gramáticas alemãs.

Quanto às mutações consonantais, Grimm estabeleceu regras fonéticas de divergência entre as consoantes no germânico

e as consoantes da mesma raiz em outras línguas da família. Chamou a isso *metajonia*, em alemão *Lautverschiebung*. Foi a primeira lei fonética que a principiante ciência da linguagem desenhvou e se tornou conhecida com o nome de *Lei de Grimm*.

Rask já tomara consciência desta mudança consonantal; mas Grimm teve o mérito de lhe dar uma fórmula ampla das correspondências. Ele ultrassimplificou os fatos, muito complexos, e incluiu em sua fórmula duas mudanças diferentes com vários séculos de separação e não da mesma proporção. A primeira mudança fonética foi comum a todas as línguas germânicas e deve ter ocorrido em época muito remota. A segunda mudança, muito mais tarde, estava circunscrita ao alto-alemão, isto é, à língua dos altiplanos alemães, que inclui o alemão propriamente dito.

Em linhas gerais, porém, a mudança apresentada por Grimm é correta. Fazendo uso para a classificação das consoantes dos velhos termos da gramática grega – tenuis, média e aspirada, opõe a tenuis em grego (*γ*, por exemplo) a uma aspirada em gótico (*f*, por exemplo, que interpretou à imagem do grego φ que era originariamente um *phi*) e para a média no alto-alemão (*v*, por exemplo, em lugar de *b*).

Tabulou suas conclusões da seguinte maneira:

Grego	T	M	A
Gótico	A	T	M
Alto-Alemão	M	A	T

Vale notar que Grimm, em seu romântico entusiasmo pelos velhos germânicos, atribui a mudança das consoantes que ele tão nitidamente elaborara ao “violento progresso e ao desejo de liberdade que se encontrava na Alemanha no começo da Idade Média e que deu início à transformação da Europa”.

É, na verdade, um aspecto do trabalho de Grimm essa atitude mística a respeito da linguagem e da história, de modo que hoje nada podemos fazer senão sorrir àquela entusiasta e ingênua explanação.

Mas é inegável que, com sua explanação do *Umlaut*, sua teoria do *Ablaut* e sua lei da mudança consonantal, Grimm mostrou uma sistematização das mudanças fonéticas que seria o ponto de partida para a elaboração do estudo histórico da linguagem em linhas científicas e mais firmes.

Capítulo VII

OS ESTUDOS INDO-EUROPEUS E NÃO INDO-EUROPEUS DEPOIS DE BOPP E DE GRIMM

Bopp e Grimm lançaram os fundamentos do que chamamos abordagem "histórica" da linguagem. Com eles o estudo da linguagem saiu da pré-linguística e da paralinguística para tornar-se ciência da linguagem autônoma, ou linguística propriamente dita.

É verdade, entretanto, que à primeira vista eles se circunscreveram ao estudo histórico-comparativo da família indo-europeia de línguas. O estudo das línguas antigas desta família, principalmente o sânscrito, o persa antigo, o grego e o latim, era o interesse primordial nos começos da linguística. Podemos dizer que os primeiros linguistas eram como aqueles generais que visam uma vitória local e pouco a pouco a transformam em uma batalha total e decisiva. Por muitos anos, todavia, até os meados do século XIX, a linguística comparativa do indo-europeu era a principal preocupação da linguística e, através deste estudo comparado, os linguistas fizeram progressos e observações acerca da linguagem em geral.

Não podemos esquecer, entretanto, que outros campos da linguística, fora do indo-europeu, têm sido explorados desde o advento da linguística comparativa do indo-europeu. No começo do século XIX, na década de 1920, o estudioso alemão Julius von Klapproth trabalhou com línguas da Ásia em geral, em

um livro escrito em latim sob o título de *Ásia Polyglotta*. Foi ele, provavelmente, o primeiro a empregar a expressão “indo-germânico”, a qual ganhou terreno na Alemanha e veio a interferir com a denominação “indo-europeu” que tinha sido lançada por Bopp, que a ela se ateuve, entretanto, protestando contra a inadequação do termo “indo-germânico”.

A família fino-úgrica foi abordada no último ano do século XVIII, antes do advento da gramática comparativa do indoeuropeu, pelo estudioso húngaro Gyarmathi, que provou o parentesco do húngaro, ou magiar, com o finlandês. Nos primeiros anos do século XIX, Rask estudou profundamente o finlandês e o lapão, fazendo a primeira classificação das línguas fino-úgricas.

As línguas semíticas, muito semelhantes em suas estruturas, eram conhecidas como aparentadas. No século XVIII, Job Ludolf fez um estudo comparado dessas línguas, no qual, como já dissemos, enfatizava, muito antes que os linguistas indoeuropeus o fizessen, a importância da morfologia como prova do parentesco entre as línguas. Klapproth também, no seu *Ásia Polyglotta*, trabalhou com as línguas semíticas. Em meados do século XIX, Theodor Benfey, que já mencionamos como sanscritista, alargou o campo da linguística semítica enfatizando o parentesco das línguas semíticas com o egípcio. Dessa forma esboçou uma grande família de línguas chamada *carmito-semítica*, na qual o carmito é uma denominação ampla para uma série de línguas muito diferentes umas das outras entre as quais se encontram o antigo e o moderno egípcio como derivados de Cam, o filho amaldiçoado de Noé, de acordo com a Bíblia. A princípio o carmito era visto como bem afastado do semítico, assim chamado porque o árabe e as línguas com ele relacionadas eram atribuídas a Sem, o outro filho de Noé.

Dentro do âmbito do indo-europeu, alguns linguistas se confinavam a subgrupos ou ramos do bloco. Vimos que desse tipo era o trabalho de Grimm, focalizando as línguas germânicas. Grimm, porém, ultrapassou seu aparente objetivo como um dos fundadores da linguística histórica em geral.

A linguística comparativa eslava teve início com a publicação de uma obra do tcheco Joseph Dobrovsky, na década dos anos de 1920, livro escrito em latim, *Institutiones Linguae Slavicae*.

Com referência ao celta que, a princípio, tanto Rask como Bopp excluíram do indo-europeu, ideias errôneas foram a essa língua atribuídas nos começos do século XIX, em contraste total com os princípios da linguística histórica estabelecida pelos primeiros linguistas. Na França, particularmente, havia um grupo de estudiosos sem qualquer conhecimento de linguística, advogando o celta como a língua-mãe da Europa. O estudo acurado do celta foi iniciado pelo professor alemão John Zeuss com a *Grammatica Celtica*, escrita em latim nos meados do século XIX. Vale a pena salientar que Zeuss não tendo conseguido um *status* universitário fora, portanto, pouco reconhecido pelos linguistas de seu tempo.

O latim e as línguas dele derivadas têm sido focalizados desde o advento da linguística histórica. Vimos como Augusto Schlegel escrevera desde o início sobre a língua e a literatura do sul da França. A princípio, esta língua sulista, chamada provençal, foi considerada a primeira língua diretamente originária do latim na Idade Média e pensou-se que todas as outras línguas românicas fossem dela derivadas. Foi sob este aspecto que se esboçou uma linguística românica comparada pelo estudioso francês Raynouard. Mas no final, na década dos anos de 1930, o estudioso alemão Friedrich Diez criou, em linhas exatas, o ramo da linguística românica comparativa. Diez viu claramente que as línguas românicas não poderiam ser derivadas do latim clássico e que era necessário chegar à língua popular, latim vulgar, por meio de método comparativo que os linguistas indo-europeus haviam desenvolvido com Bopp, Grimm e seus seguidores.

Voltemo-nos agora a estes seguidores de Bopp e Grimm na linguística indo-europeia, os quais, como já dissemos, lançaram os fundamentos da abordagem histórica no estudo linguístico ou ciência da linguagem.

A principal figura linguística, depois que Bopp e Grimm haviam criado a linguística indo-europeia, foi August Pott.

Pott concentrou seus interesses na etimologia. Seu principal trabalho intitula-se *Pesquisas Etimológicas no Campo das Línguas Indo-Germânicas* (1833-1836). Seu maior mérito foi a ênfase que deu à fonética. Tentou preencher a lacuna deixada na linguística indo-europeia pelo trabalho de Bopp que, como já vimos, dera pouca atenção à fonética. Tratou muito pouco da morfologia do substantivo e do verbo, porque estes assuntos tinham já sido exaustivamente estudados por Bopp; Pott dedicou-se, principalmente, à fonética e à derivação vocabular.

Alguns dos pensamentos de Pott tornaram-se muito populares e estimulantes. Tais foram seus comentários sobre as palavras da Bíblia Sagrada: "A letra mata, mas o espírito dá vida", palavras que foram aplicadas por alguns de seus colegas para renegar a importância da fonética na linguística comparativa.

Fez uma inteligente distinção entre a semelhança acidental nos sons e na concordância de acordo com leis fixas. Chamou estas últimas de "paralelismo etimológico nas letras" e estabeleceu que este paralelismo devia merecer confiança mesmo quando nenhuma semelhança aparente pudesse ser vista. Assim, disse ele, o persa moderno *scvakar* e a palavra inglesa *sister* (irmã), sem semelhança aparente, são aparentadas porque as diferenças no aspecto fonológico podem ser explicadas por leis fixas de mudança fonética em cada uma dessas línguas. Por outro lado, o persa moderno *bad* e o inglês *bad*, que têm o mesmo significado (mau) e cuja semelhança de letras é absoluta, não possuem qualquer relação de parentesco, como podemos provar facilmente através das antigas formas do iraniano.

Se compararmos estes pontos de vista de Pott com as ideias de Friedrich Schlegel advogando identidade ou grande similaridade de sons para aceitar o parentesco entre duas palavras,

teremos que admitir que durante os primeiros trinta anos do século XIX a linguística fizera realmente grandes progressos em relação ao estabelecimento de um método científico de investigação histórica.

O livro de Pott continha, além da gramática propriamente dita, um tipo de dicionário etimológico, com um tratamento comparativo de todas as raízes do sânscrito que o autor fora capaz de descobrir nas outras principais línguas da família.

Pott, que ocupou a cadeira de linguística na universidade de Halle, deixou muitos estudos linguísticos além do seu principal trabalho, *Investigações Etimológicas*. Podemos mencionar neste particular seu estudo da língua dos ciganos (*gypsies*) que, a princípio, pensou-se ser de origem egípcia (daí seu nome), mas o trabalho de Pott e seus seguidores provaram ser um dialeto da Índia, pertencendo ao ramo hindu do indo-europeu.

A segunda maior figura daqueles primeiros linguistas depois de Bopp e Grimm foi Georg Curtius (1820-1883), professor em Leipzig. Já vimos que era um grande conhecedor da filologia grega, que colocou a filologia clássica dentro do campo da linguística, enquanto outros filólogos clássicos, como já vimos, tais como Hermann e Boeckh eram hostis à gramática comparativa. Assim, ele (Curtius) tornou-se um notável linguista, dando na Universidade de Leipzig, onde ensinava, a mesma importância aos estudos linguísticos como a que tinham na Universidade de Berlim, a partir de Bopp, e na Universidade de Göttingen, a partir de Benfey.

Tal como Pott, Curtius enfatizava também a importância da fonética. Fez distinção entre "mudanças fonéticas regulares" que podem ser formuladas em "leis-fonéticas" (ele já empregava este termo) e "mudanças fonéticas regulares e esporádicas". Veremos mais tarde como este seu ponto de vista foi violentamente atacado por uma nova geração de linguistas chamados "neogramáticos".

Curtius teve o mérito de destruir a falsa visão relativa às assim chamadas vogais "básicas" a, i, u, que Grimm estabele-

cera em sua linguística germânica. Provou que o alemão tivera a vogal *e*, tal como o latim e o grego, mas que no gótico o *e* se assemelhara no *i*.

A ênfase posta na fonética e nas mudanças fonéticas na linguística está bem ilustrada no livro do estudioso dinamarquês J.H. Bredsdorff, um dos discípulos de Rask. Pondo de lado a gramática do indo-europeu para focalizar o desenvolvimento da linguagem em geral, tentou explicar as causas das mudanças linguísticas.

Seu livro, escrito em dinamarquês, não teve grande aceitação entre seus contemporâneos (1821), porém merece posição de destaque por se tratar da primeira tentativa de se estabelecer, de maneira sistemática, as causas da mudança linguística.

Bredsdorff enumerou sete causas e as ilustrou com exemplos selecionados de descobertas linguísticas nos começos do século XIX: 1) má audição e compreensão imperfeitas; 2) recórdação falha; 3) imperfeição dos órgãos; 4) indolência; 5) tendência à analogia; 6) desejo de ser socialmente distinto; 7) necessidade de exprimir novas ideias. Acrescenta-se o fato de que ele atribuía à quarta destas causas – indolência – o principal papel nas mudanças da pronúncia de uma língua. Ora, o que ele chama de indolência encontra-se na base de uma teoria sobre mudanças fonéticas que foi lançada muito mais tarde e que tem tido grande aceitação, dividindo as opiniões de linguistas até nossos dias: A Teoria do Menor Esforço. Bredsdorff também enfatizava a influência que as línguas estrangeiras podem exercer nos falantes de uma língua com a qual estejam em contato.

Podemos mencionar, finalmente, entre estes linguistas que seguiram os passos dos fundadores da linguística comparativa do indo-europeu mas trazendo-lhe uma melhora às suas teorias, os estudiosos alemães A. Holtzmann e L. Boenloew. Holtzmann, em um livro escrito em alemão (1844), e, depois dele, Boenloew, em um tratado escrito em francês (1847), foca-

lizaram o estudo do acento, ou intensidade, e sua influência nas mudanças fonéticas. Boenloew investigou o acento nas línguas indo-europeias tanto antigas quanto modernas. Holtzmann concentrou sua atenção no Ablaut, anteriormente estudado por Grimm na morfologia germânica. Aventou a possibilidade do Ablaut ter sido condicionado pelo acento, uma ideia que alguns linguistas modernos têm esposado enquanto que outros têm-se circunscrito ao papel do acento ao Ablaut quantitativo.

Capítulo VIII

A GRAMÁTICA COMPARATIVA DO INDO-EUROPEU COMO PONTO DE PARTIDA PARA UMA CIÊNCIA GERAL DA LINGUAGEM. O TRABALHO DE SCHLEICHER

Os conhecimentos lingüísticos na primeira parte do século XIX encontraram sua expressão mais completa nos trabalhos do mestre alemão Augusto Schleicher.

Schleicher não era apenas um linguista mas também um estudioso das ciências naturais dedicando-se à botânica. Este fato dera-lhe uma orientação a favor das ciências da Natureza (*Naturwissenschaften*). Ademais, de acordo com a filosofia de Hegel, que dominou o pensamento alemão dessa época, as ciências humanas, incluindo a história, são o produto do livre pensamento do homem e não podem ser colocadas sob a influência de leis imutáveis e gerais tais como os fenômenos da natureza.

Ora, Schleicher, como todos os linguistas anteriores a ele, tinha a ambição de elevar o estudo da linguagem ao *status* de uma ciência rigorosa com rigorosas leis de desenvolvimento.

Essa a razão de haver Schleicher dado o audacioso passo de colocar a linguística no âmbito das ciências da Natureza. Até seu aparecimento a linguística era mais ou menos interligada à filologia. Vimos que Bopp era um mestre na filologia do sânscrito e assim foram os indo-europeístas que o seguiram. Grimm, da mesma forma, foi um dos mais competentes filólogos

gos germânicos. Mesmo a filologia clássica, que se concentrava em torno do grego e do latim, que a princípio se mantivera à parte em relação à linguística, estava com esta envolvida em consequência da atitude de Georg Curtius e outros estudiosos de menor importância, os quais eram tanto linguistas como filólogos clássicos.

Schleicher, ao contrário, intitulava-se apenas um linguista (*glottiker*) e reclamava para esta ciência (por ele denominada “glottik”) o lugar de ciência natural, oposta à filologia, que via como um ramo da história.

Dessa maneira, o desenvolvimento da linguagem não era por ele considerado como desenvolvimento histórico, como de todos os outros traços da sociedade humana. Comparava-o ao desenvolvimento de uma planta com suas leis fixas de crescimento e morte. A linguagem era vista como algo da natureza, ou seja, um animal ou uma planta.

Era uma visão completamente oposta à abordagem de Humboldt e de seu discípulo Steintal para quem a linguagem estava intimamente ligada à atividade do pensamento humano e que, através de uma orientação psicológica, podia ser apenas estudada como um fenômeno da história da humanidade.

Ora, os linguistas anteriores a Schleicher costumavam comparar a linguagem a um organismo natural a fim de acenarmos de uma comparação vaga para uma interpretação coerente da linguagem com um organismo. Como tal poderia ser aplicado à linguagem o conceito de evolução que o estudo de Ciências Naturais, Darwin, desenvolvera no mundo da natureza. É este o propósito que encontramos, em um livro de Schleicher, intitulado *A Teoria de Darwin e a Linguagem*.

De acordo com Schleicher, cada língua é o produto da ação de um complexo de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador. Estudar uma língua é, portanto, uma abordagem indireta a este complexo de matérias. Desta maneira, foi

ele levado a adiantar que a diversidade das línguas depende da diversidade dos cérebros e órgãos fonadores dos homens, de acordo com as suas raças. E associou a língua à raça de maneira indissolúvel. Advogou que a língua é o critério adequado para se proceder à classificação racial da humanidade.

Vemos assim que Schleicher trouxe à linguística três importantes ideias novas, as quais, embora inexas, tiveram grande aceitação durante muito tempo: 1) a língua é um organismo natural e, como tal, deve ser estudado; 2) a língua em suas mudanças tem uma evolução natural no sentido darwiniano, e não é um aspecto da história; 3) a língua depende dos traços físicos dos pensamentos e órgãos da fala dos homens e é um traço racial destes.

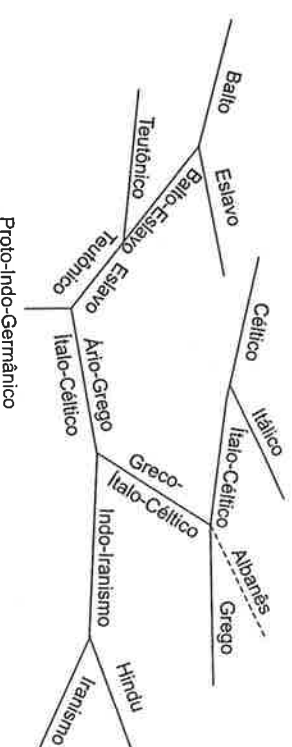
Ao lado dessas ideias gerais sobre a linguagem Schleicher, como um especialista em gramática comparativa, representa o ponto culminante da primeira fase daquele estudo que vimos ter sido iniciado por Bopp.

Para designar a família de línguas, principal interesse da linguística, Schleicher adotou o termo indo-germânico. Seu principal trabalho sobre o assunto é o *Compendium, ou Manual de Gramática Comparativa das Línguas Indo-Germânicas* (1861-1862).

Era um bom foneticista, livre da tirania das formas escritas, como demonstrou ao estudar o lituano falado, anotando muitas canções e lendas diretamente da boca dos camponeses. Dessa maneira ele prosseguiu na direção já tomada por Pott e Curtius de separar os sons vocais das letras e descobrir os processos articulatorios e as passagens regulares na mudança fonética. Mas seus dois mais importantes passos na *Gramática Comparativa do Indo-Europeu* foram a tentativa de reconstruir a protolíngua do indo-europeu (que ele chamou em alemão *Indogermanischen Ursprache*) e a classificação das línguas indo-europeias no formato de uma árvore genealógica.

De acordo com a classificação de Schleicher, as línguas-ramo nasceram de uma língua-mãe, das línguas-ramo nasciam

ramos menores e desses ramos menores surge uma bifurcação de dialetos. Finalmente, temos o tronco da árvore – a *Ursprache*, ou a protolíngua indo-germânica. Desta maneira nasceram dois ramos: 1) o eslavo-teutônico; 2) o ário-greco-italo-céltico. O primeiro ramo deu origem aos ramos menores do teutônico e balto-eslavo, este último se subdividindo em báltico e eslavo. O ário-greco-italo-céltico deu origem ao greco-italo-céltico e ao indo-iraniano. O outro ramo deu lugar a um ramo menor italo-céltico e a um ramo grego; o italo-céltico subdividiu-se em celta e itálico enquanto que, do grego, houve a ramificação para o albanês.



A classificação da árvore genealógica de Schleicher é considerada hoje em dia como uma simplificação extrema do desenvolvimento linguístico do indo-europeu. Como veremos mais tarde, mais refinadas teorias têm sido propostas, não só referentes à maneira de interpretar os conceitos do teutônico, eslavo, itálico, celta, indo-iraniano, etc. (que Schleicher tinha por verdadeiras línguas unitárias) como também referentes à maneira pela qual essas línguas se formaram. A maior parte dos parentescos entre essas ramificações não estão, no seu todo, expressos adequadamente. Apesar de tudo, entretanto, a classificação das línguas europeias por Schleicher foi a primeira afirmação clara e bem delineada sobre o assunto e exerceu profunda influência nos estudos do indo-europeu.

Quanto a *Ursprache*, o trabalho experimental de Schleicher foi muito estimulante, embora errôneo em seu conceito e em seus traços concretos.

Linguistas de épocas posteriores chegaram à conclusão de que nunca houve uma língua unitária proto-indo-europeia. Sabe-se hoje que o método de reconstrução nos oferece traços linguísticos pré-históricos de épocas e lugares distintos, sendo inadequado reuni-los como o sistema hipotético da fala de um determinado povo, em uma dada época e lugar, como fora a ideia de uma *Ursprache* no sentido proposto de Schleicher.

Quanto aos traços concretos atribuídos por Schleicher ao seu proto-indo-germânico, havia naturalmente muitos erros, devido ao conhecimento linguístico insuficiente, em muitos aspectos, da gramática comparativa. O mais grave desses erros era a ideia errônea de que o proto-indo-germânico deve ter as mesmas vogais do sânscrito, no qual encontramos o *e* e o *o* como um desenvolvimento secundário dos ditongos *ai* e *au*. Com base nesta hipótese, que Schleicher partilhava com seus contemporâneos, a *Ursprache* reconstruída de Schleicher apresenta apenas palavras com *a*, *i*, e *u*. A palavra para "cavalo", por exemplo, pelo modelo do sânscrito *Açvas*, supunha-se ser "akväs" (nom.); hoje, porém, sabe-se que o étimo indo-europeu tinha *e* na primeira sílaba e o na segunda sílaba, além da consoante medial da raiz ser uma oclusiva velar arredondada *k^w*. As terminações morfológicas são, também, muitas vezes inexatas; Schleicher, por exemplo, pressupõe -s como a marca invariável de todo nominativo singular masculino e reconstrói para "papai" um nominativo singular *patars*, errado em seu vocalismo e na presença desta terminação -s que não encontramos em qualquer das antigas línguas indo-europeias.

Schleicher estava certo, entretanto, da exatidão de sua reconstrução e chegou mesmo a aventurar-se a escrever toda uma pequena fábula, *O cordeiro e os Cavalos*, no seu primitivo indo-germânico, embora enfatizando o seu aspecto experimental.

As soluções que Schleicher deu a todos estes problemas linguísticos eram apressadas e inadequadas. Eram, porém, ao mesmo tempo, lúcidas e bem delineadas, oferecendo os alicerces para discussões posteriores.

Nisto reside, portanto, a influência delas, na época, e sua importância para o futuro desenvolvimento da linguística. É impossível traçar a história da linguística sem uma exposição cuidada das ideias de Schleicher.

É do mesmo tipo a contribuição de Schleicher ao problema da classificação tipológica baseada na estrutura da palavra. Vimos que a classificação tipológica tinha sido uma velha e persistente ideia entre os primeiros linguistas. Nestes moldes encontramos esquemas classificatórios em Friedrich Schlegel, em seu irmão August Schlegel, em Humboldt e em Bopp. Schleicher partiu principalmente das ideias de Bopp e de seu modo de visualizar a palavra primitiva como raiz pura.

Sob este aspecto, Schleicher delineou um estágio isolado no qual cada raiz era uma palavra e as funções sintáticas eram exclusivamente expressas pela posição da palavra. Desta forma imaginou um primeiro estágio na língua, feito das línguas isolantes.

Num segundo estágio, elementos formais eram ligados à raiz, que permanecia invariável. É o estágio das línguas aglutinantes.

Finalmente, num terceiro e último estágio, os elementos formais eram assimilados juntos e a raiz adquiria a capacidade de modificação interna, como no caso do *Ablaut* indo-europeu e das alternâncias vocálicas nas raízes semíticas. É o estágio das línguas flexionais.

Com sua tendência para afirmações claras e chocantes, Schleicher exprime esta classificação tripartite por meio de fórmulas algébricas. Chamou *R* de raiz, *p* o prefixo, *s* qualquer sufixo e *x* como expoente do *R*, a qualquer modificação interna da raiz.

1º estágio: R R R

2º estágio: pRs pRs pRs

3º estágio: pR^xs pR^xs pR^xs

O traço mais característico dessa classificação está no fato de que os três estágios eram vistos na sucessão temporal da

mesma forma que o desenvolvimento irreversível de uma planta. Para Schleicher, as línguas flexionais representavam a mais alta realização da linguagem. Depois do terceiro estágio, de acordo com ele, depararmo-nos tão somente com a decadência.

Ele considerava a *Ursprache* indo-germânica como o modelo mais completo de uma língua flexional. Nas línguas dele derivadas, mesmo nas antigas línguas clássicas, como o sânscrito, o grego ou o latim, o impulso linguístico evolutivo, como o de uma planta em crescimento, cessava e a decadência tinha início.

Há, assim, um quarto estágio implícito na classificação de Schleicher: todas as línguas históricas, nas quais encontramos os vários aspectos de decadência sem uma distinção nítida dos processos de isolamento, aglutinação e flexão.

Desta forma, Schleicher transformou o esforço de desenvolver uma classificação das várias línguas existentes no mundo nos moldes tipológicos em uma explanação metafísica da evolução linguística. Foi levado a isso por seu conceito darwiniano de evolução e por sua formação filosófica de origem Hegeliana.

Naturalmente que seu tratamento da classificação das línguas perdeu cedo, em seus seguidores, seu caráter de uma explanação da evolução linguística. Esta retornou ao seu propósito inicial que era o de consagrar, através de escaninhos de tipos linguísticos, uma distribuição das línguas do mundo em classes distintas.

Deixando de lado, porém, a verdadeira intenção de Schleicher, os linguistas que o sucederam ativeram-se ao seu esquema tríplice, fácil de ser trabalhado e oferecendo, através da ultra-simplificação, uma aparência de grande regularidade e racionalidade. Tal como suas outras ideias a classificação das línguas de Schleicher foi amplamente aceita na sua época e teve vida longa. Era inadequada, todavia muito estimulante e ofereceu, por muitos anos, terreno adequado para discussões posteriores.

Capítulo IX

A CONSOLIDAÇÃO DO ESTUDO GERAL DA LINGUAGEM.

MAX MÜLLER E WHITNEY. O TRABALHO INDO-EUROPEU DE FICK

O trabalho de Schleicher é considerado o ponto culminante da primeira fase da linguística no século XIX. Ofereceu ele um tratamento coerente e nítido da gramática comparativa e indo-europeia e, através deste estudo, uma visão da linguagem e a natureza de seu desenvolvimento.

Depois dele a linguística, que tinha permanecido até então uma ciência confinada à Alemanha, fez jus a uma maior plateia europeia. Ao lado dos estudiosos alemães, encontramos, a partir desta época, linguistas que escrevem e ensinam em muitos outros países dentro da civilização europeia.

O primeiro desses linguistas que podemos mencionar é Max Müller. De origem alemã, estudara na Alemanha com Bopp. Com a idade de vinte e cinco anos foi para a Inglaterra e dela fez sua segunda pátria. Lá permaneceu até sua morte, nos fins do século XIX, como professor da Universidade de Oxford.

Inaugurou, nessa universidade, o estudo da linguística sob o nome de filologia comparada. Dessa forma, a cuidadosa distinção, feita por Schleicher, entre linguística (ou, como a chamava, "glottik") e filologia foi posta de lado e o uso inglês teve início tomando filologia como sinónimo de linguística. A

confusão ficou no ar a partir do momento em que a filologia clássica aceitou a abordagem linguística. Ademais, como já vimos, os primeiros linguistas comparativos eram também filólogos sanscritistas e a gramática comparativa, referindo-se às línguas mortas, dependia da interpretação dos textos escritos. Por todas estas razões uma nítida separação entre filologia e linguística não foi rigorosamente mantida, mesmo na Alemanha, apesar da atitude de Schleicher.

Max Müller era um orientalista muito competente no sentido mais amplo do termo. Era também um filólogo sanscritista. Seu primeiro trabalho na Inglaterra foi a edição crítica do *Rig-Veda*, a parte dos *Vedas* contendo os mais antigos e os mais genuínos hinos religiosos do Índico. Também escreveu uma *História da Antiga Literatura Sânscrita*. Dedicou-se à história das religiões e publicou a obra *Introdução à Ciência da Religião*. Associou a religião à linguística, por enfatizar o equívoco no uso e significado das palavras como causa da crença dos homens em Deus; daí ter tomado o método da análise filológica para interpretar os antigos deuses pelos seus nomes.

O trabalho de Max Müller sobre a linguística é o seu livro, em duas séries, intitulado *Palestras sobre a Ciência da Linguagem* (1861-1864). Teve grande aceitação na sua época e tornou a ciência da linguagem mais popular e familiar ao leitor leigo; por ser sua exposição atraente e fácil, teve magistral maneira de tratar os labirintos da gramática comparativa a fim de obter simplicidade e clareza.

As ideias linguísticas de Max Müller são, em essência, as de Schleicher. Era muito mais influenciado por Schleicher do que por Bopp, com quem, como vimos, estudara linguística em Berlim. Pode ser considerado estrito seguidor de Schleicher em suas ideias principais.

Achava que, como Schleicher, a linguística era uma ciência natural e aderiu à reconstrução feita por Schleicher da *Ursprache* indo-germânica e à sua classificação das línguas. Em tudo isto, entretanto, é bastante inconsistente e volúvel. Sua

opinião de que a linguagem é algo natural, sujeita à evolução natural, dá margem, muitas vezes, a um tratamento da linguagem dentro da história humana.

Na classificação das línguas, ele deixou de lado a construção metafísica de Schleicher de um impulso evolucionário pré-histórico natural seguido da decadência nas épocas históricas, e aplicou os tipos isolante, aglutinante e flexivo às línguas históricas da humanidade. Chegou até a tentar atribuir à tripartição uma importância sociológica, atribuindo o tipo isolante ao “estágio familiar” da sociedade, o tipo aglutinante ao “estágio nômade” e o tipo flexivo ao “estágio político” correspondendo à sociedade humana desde as civilizações clássicas da Antiguidade.

A grande significação do trabalho linguístico de Max Müller é ter desenvolvido uma teoria geral da linguagem, sob seu aspecto histórico, na base das aquisições da gramática comparativa indo-europeia. Utilizou o método e as descobertas da linguística comparativa indo-europeia como ilustração dos fenômenos linguísticos em geral. Desta forma, para mostrar a validade do método comparativo e a capacidade de mutação definida das formas linguísticas, focalizou duas palavras aparentemente bastante afastadas, como o inglês *tear* e o francês *larme* e procurou demonstrar que ambas têm suas origens numa única forma proto-indo-europeia. Sua habilidade de exposição foi aplicada à sua discussão sobre o problema da origem da linguagem.

Apelidou as teorias existentes de teoria “Bow wow” (as palavras primitivas nada mais eram que imitações de sons), a teoria “Poo-h-poo-h” (a linguagem é derivada de exclamações de dor, de alegria ou de quaisquer outros sentimentos fortes), a teoria “Ding-dong” (a linguagem nasce de uma harmonia mística entre som e sentido), e a teoria “Yo-he-ho” (a linguagem é derivada dos sons emitidos como alívio sob um esforço muscular qualquer). A princípio simpatizava com a teoria “Ding-dong”, como uma explanação das raízes que achava se-

rem as primeiras palavras da humanidade. Embora pusesse de lado, mais tarde, essa teoria, ateu-se à ideia de que as raízes desenvolvidas pela análise da gramática comparativa do indo-europeu devem ter sido as verdadeiras palavras da língua primitiva, e tentou reduzir o número delas (500) a fim de ter uma ideia do pobre sistema isolante da linguagem no des- pertar da vida humana.

De Max Müller passemos agora ao estudioso norte-americano William Whitney que fora, também, um aluno de Bopp em Berlim.

Whitney era também um sanscritista muito competente. Sua *Gramática do Sânscrito* é adotada até hoje como livro de texto para o estudo descritivo dessa língua. Como filólogo sanscritista publicou uma edição e uma tradução do *Atharva-Véda* e muitos estudos sobre a antiga cultura hindu.

Estava, também, profundamente interessado nas línguas vivas da Europa. Escreveu uma gramática inglesa elementar e dicionários de francês e de alemão. Tal como Müller, tinha como objetivo uma ciência geral da linguagem, explicitamente separada da gramática comparativa do indo-europeu. Achava que a gramática comparativa (a qual chamava de filologia comparada) e a linguística são dois aspectos diferentes do mesmo estudo; mas, enquanto o primeiro focaliza um certo grupo de línguas, o último trata das leis gerais e princípios da linguagem humana, ilustrando-os com os resultados da gramática comparativa. Estas ilustrações não são buscadas por ele nas línguas primitivas. Prefere mesmo exemplos de línguas vivas da Europa em vez das línguas da antiguidade clássica indo-europeia.

Por esta sua atitude contribuiu para ampliar o campo da linguística e aproximar o estudo da linguagem da experiência linguística do homem contemporâneo.

Os principais trabalhos de Whitney sobre linguística geral são *Vida e Crescimento da Linguagem* (1874) e *Linguagem e o Estado da Língua* (1867). Não é um partidário das ideias de

Schleicher sobre o caráter natural da linguagem. Contra isso, enfatizou o aspecto social da linguagem. Para ele a linguagem é uma instituição social, como a religião, as leis, etc. Vê a linguagem como um tipo de código de sinais cujo escopo é a comunicação entre os homens. Admite que os sons da linguagem foram produzidos pela imitação dos sons da natureza, naquele estágio em que não constituíam a língua no seu verdadeiro sentido. A língua foi criada somente quando o pensamento humano excogitou empregar os sons vocais com propósito comunicativo.

Faz também distinção bem definida entre linguagem e pensamento. Para ele a linguagem vem depois do pensamento e nada mais é do que um instrumento do pensamento. Contrário à ideia central de Humboldt afirma que a linguagem não é uma atividade, um impulso mental, mas apenas um instrumento para a expressão do pensamento humano.

Propôs sua teoria, baseado no caráter puramente social da linguagem, criticando as ideias de Schleicher e Max Müller acerca do caráter natural dela como também criticando a visão psicológica de Steintal. É um perene antagonista de Max Müller e a oposição entre os dois mestres ficou famosa. Esta, no entanto, de acordo com Max Müller ao considerar as raízes do indo-europeu como as verdadeiras palavras primitivas.

Nos moldes da análise morfológica de Bopp, estava convencido do papel dominante da aglutinação na estrutura da palavra. E levou às últimas consequências a explanação sobre afixos e desinências como antigas raízes que perderam seus significados primitivos e se tornaram, através da aglutinação, meros elementos formais.

Vimos que esta ideia era muito forte em Bopp e que ela o orientara nas suas explanações a respeito das flexões no sânscrito, latim, grego e alemão. Whitney, de acordo com o seu método de utilizar as línguas vivas indo-europeias, argumentava a favor de sua teoria, com as palavras *fearful* e *fearless*, nas quais os sufixos são originários de *full* e *less*, respectivamente, e com

a terminação adverbial -ly, que é uma variação de *like*. E advogava “uma cuidadosa generalização através da analogia”.

Vale a pena mencionar o fato de que Whitney estava convencido da possibilidade de aplicar a classificação genealógica das línguas a todas as línguas da humanidade. Toda língua existente, dizia ele, participa indubitavelmente de uma família linguística, deve ser um dialeto derivado de uma língua anterior única. Desta maneira apontava uma alternativa na classificação das línguas, diferente da classificação tipológica à qual Schleicher dera uma forma rigorosa e bem delineada. E sua visão sobre o assunto mostrava a extensão do método histórico-comparativo a todas as línguas do mundo em geral.

Vemos assim que Whitney, embora não fosse um investigador original em linguística comparativa do indo-europeu, porém antes um popularizador de suas realizações, merece nossa atenção por três razões principais: 1) sua concepção da língua como instituição social, concepção essa que teve grande influência no pensamento contemporâneo; 2) sua concepção da aglutinação como um processo morfológico dominante; 3) sua sugestão de estender a classificação genealógica a todas as línguas do mundo, baseada no modelo da gramática comparativa do indo-europeu.

Ademais, Whitney juntamente com Max Müller lançaram nitidamente a concepção de um estudo geral da linguagem, ou linguística geral, separada da gramática comparativa do indo-europeu. Observe-se que a linguística, como a ciência geral da linguagem, ganhou corpo nos países de língua inglesa, fora da Alemanha, embora seus fundamentos e princípios estivessem implícitos e, mesmo, desenvolvidos na discussão do indo-europeu feita pelos primeiros linguistas alemães.

O grande contemporâneo alemão de Max Müller e Whitney Augusto Fick foi, exclusivamente, um estudioso comparativista indo-europeu, tendo sido aluno de Benfey (que já mencionamos como sanscritista). Seu grande mérito é ter escrito o primeiro *Dicionário Comparativo das Línguas Indo-Euro-*

peias (1868). No seu plano seguiu a idéia da árvore genealógica estabelecida por Schleicher. O livro teve quatro edições e sofreu várias revisões de uma edição para outra. Mas seu plano, em essência, permaneceu o mesmo. Este plano consiste em várias seções dedicadas ao tronco, aos ramos e sub-ramos linguísticos.

Deixou de fora o ramo celta, por ser muito difícil trabalhá-lo num tratamento lexical (na quarta edição, uma seção sobre o celta foi adicionada pela pena de Whitley Stokes).

Fick trabalha sempre com a divisão de uma língua originalmente uniforme em dois grupos e, desta forma, parte de um indo-europeu comum (indo-germânico em sua terminologia, de acordo com Schleicher), para um grupo em hindu e iraniano, e o último em europeu do sul (greco-italico) e europeu do norte (germano-balto-eslavo); continua com divisões sucessivamente menores em cada subgrupo.

As palavras são pressupostas toda vez que são encontradas em ambos os ramos do grupo. Dessa forma as palavras comuns do indo-europeu são estabelecidas por sua presença tanto no indo-iraniano comum como no europeu comum.

Este método é, atualmente, considerado ultrapassado devido a dois motivos principais: 1) a hipótese de sucessivas línguas unitárias, sempre se dividindo em metades; 2) a hipótese de que essas metades nada têm a ver uma com a outra, depois da sua divisão.

A obra escrita por Fick é, não obstante, de grande importância na história da linguística, como o primeiro grande esforço, clara e coerentemente conduzido, de um tratamento coletivo do vocabulário do indo-europeu.

Capítulo X

O ADVENTO DA FONÉTICA

Em meados do século XIX, a linguística deu um grande passo com o advento de um estudo completo de fonética. Vimos que o conhecimento fonético não fora forte entre os gregos. Sua conexão com a linguagem tinha sido através da escrita. Vimos também que é a escrita que chama a atenção dos homens para a linguagem e os faz parar para observá-la, uma vez que a atividade da fala é espontânea, o que a faz parecer tão natural como as outras atividades corporais, tais como o andar.

Os gregos fizeram algumas observações sobre os sons vocais e tentaram uma classificação superficial, partindo da observação da audição e das distinções que seus ouvidos foram capazes de captar.

Os gramáticos romanos limitaram-se a aceitar a doutrina fonética dos gregos de modo um tanto inadequado, por não terem sido suficientemente felizes em adaptar, de forma coerente, aquela doutrina aos sons vocais e aos traços fonéticos do latim.

Na Idade Média a fonética foi posta de lado e incompreendida, pois todo o interesse dos estudiosos se concentrava no latim escrito.

É verdade que os séculos XVII e XVIII trouxeram alguma melhora. Vimos como as pessoas, ao desenvolver-se o “estudo de língua estrangeira”, passaram a prestar atenção à pronúncia alieŋgena, e como o estudo biológico da linguagem, concentrado nos órgãos fonadores, propiciou o progresso do conhecimento fonético.

No começo do século XIX, a descoberta da gramática do sânscrito abriu novos horizontes à gramática e, em especial, à fonética.

Os gramáticos hindus, sob o estímulo do estudo do “certo e errado”, haviam desenvolvido uma descrição esmerada dos sons vocais do sânscrito, chegando a registrar, cuidadosamente, as mudanças fônicas devidas ao contato com formas linguísticas na cadeia da fala em um conjunto de regras chamado *Sandhi* (Distinguiram a mudança interna, sofrida pelos elementos morfológicos dentro da palavra; e a mudança externa, sofrida pelas palavras antes de pausa ou em contato umas com as outras). Esta fonética descritiva hindu teve continuação através de uma abordagem articulatória, isto é, através da observação dos movimentos dos órgãos fonadores na produção dos sons vocais. Para um desenvolvimento rigoroso esta perspectiva é mais fácil do que a auditiva, na qual, basicamente, apoiavam-se os gregos.

É inegável que o exemplo do sânscrito esclareceu bastante as ideias que da fonética tinham os estudiosos europeus.

Mostram os primeiros linguistas, não obstante, muitas falhas nas suas afirmações sobre fonética. Eram muitas vezes levados a confundir os sons vocais com as letras que os representavam (na escrita). Uma chocante ilustração deste tipo de confusão é a afirmação feita por Grimm a respeito da estrutura fonética da palavra alemã *Schwiŋel*: diz-nos que nela há oito sons, mas apenas sete letras, por identificar a fricativa labial, *f*, com a oclusiva *ph* (que era o som primitivo para o grego) e não perceber que as três letras iniciais da palavra formavam um único som vocal, a fricativa palatal do inglês *ship*. É verdade que os linguistas seguintes, tais como Schleicher, Pott, Fick ou Whitney, tiveram um conhecimento mais seguro da fonética. Mas a linguística, de modo geral, não apresentou uma formação fonética muito boa.

Obrigados a ler e a interpretar os antigos textos escritos, os primeiros estudiosos em linguística se interessavam mais

profundamente em decifrar os antigos sistemas pré-alfabéticos da escrita que os tornassem capazes de estudar e comparar as antigas línguas desconhecidas. Desse modo, os primeiros anos do século XIX assistiram ao decifrar da escrita cuneiforme das antigas inscrições persas.

Os pioneiros neste empreendimento foram Frederik Münter, um bispo dinamarquês, e o estudioso alemão George Grotefend. O linguista Rasmus Rask, a quem já conhecemos muito bem, trouxe sua contribuição à decifração daquele trabalho e, no final, o sanscritista Christian Lassen deu uma decisiva interpretação da antiga escrita persa, corrigindo alguns erros de Grotefend.

O irlandês Hindks, o inglês Rawlison e o francês Oppert fizeram, também, um trabalho meritório neste campo. Foram, além do mais, os decifradores da escrita cuneiforme assíria, da qual derivava a antiga escrita persa. Proporcionaram o reconhecimento, também na Mesopotâmia, de uma língua inteiramente diferente, o sumério, pertencente a um povo que precedeu os semitas naquelas regiões.

Na decifração das escritas cuneiformes da Mesopotâmia e países vizinhos, podemos mencionar, de importância, Friedrich Delitzsch; Westergaard, sanscritista dinamarquês; e, na Inglaterra, Archibald Sayse.

A decifração dos hieróglifos egípcios, como sabemos, foi iniciada pelo francês François Champollion, que ressaltou o parentesco do egípcio antigo com o egípcio moderno ou copta.

Na Europa este tipo de indagação filológica concentrava-se na interpretação das *rúnicas*, um sistema de escrita comum às tribos germânicas da Antiguidade e que os alemães haviam abandonado quando da sua conversão ao cristianismo (o texto gótico de Wulfila, por exemplo, é uma forma adaptada do alfabeto grego). Havia, porém, muitas inscrições rúnicas na Escandinávia e a decifração propiciou um melhor conhecimento do ramo germânico da Escandinávia, trabalho este que se deve, principalmente, a Sophus Bugge e Ludwig Wimmer (1876).

O problema de idealizar alfabetos amplos que transcrevessem as línguas escritas em formas não românicas recebeu, então, atenção especial: este problema aguçou o conhecimento fonético dos linguistas, uma vez que eram obrigados a encontrar símbolos que indicassem sons inexistentes em suas línguas de origem. Vale a pena destacar, neste particular, o livro de Richard Lepsius, *Alfabeto Padrão* (1863).

Voltemos-nos agora, entretanto, para a história da fonética no século XIX.

A fonética se desenvolveu nos meados desse século através de um estudo biológico da linguagem, no momento em que as ciências naturais ganhavam impulso decisivo.

Já na década de 1830, o alemão K.N. Rapp, aluno de Rask, desenvolvia um ambicioso plano, em que procurava seguir a evolução dos sons vocais do grego, latim e gótico às atuais línguas da Europa, na base da fisiologia. Seu volumoso trabalho foi prematuro, porque a fisiologia dos órgãos da fala não fora ainda devidamente estabelecida.

Este conhecimento fisiológico desenvolveu-se em um estudo "paralinguístico", mais tarde, por físicos e biólogos.

Assim, na década dos anos de 1840, o alemão Liskovius publicou um livro intitulado *Fisiologia da Voz Humana*. Posteriormente, de 1850 a 1870, vamos encontrar cientistas tais como Merkel, Brücke, Czermak e Helmholtz, que se dedicaram ao estudo da voz humana e aos órgãos da fala.

Helmholtz estudou a produção e a natureza das vogais. Mostrou que elas resultam, essencialmente, da ressonância do ar impulsionado dos pulmões dentro da cavidade bucal, e demonstrou como qualquer modificação na forma da cavidade bucal ou a adição de uma ressonância nasal determinava uma qualidade distinta ao som vocálico.

Czermak, fisiólogo tcheco, demonstrou o papel importante das cordas vocais na produção da voz humana e a importância do movimento do véu palatino para a nasalização. Em seus

testes utilizou um instrumento, o laringoscópio, idealizado por um cantor de ópera espanhol, García.

Brücke, em seu livro intitulado *Fundamentos da Fisiologia dos Sons da Fala e seu Estudo Sistemática*, fez uma análise da articulação na maioria das Línguas Europeias Modernas e ofereceu uma visão geral crítica dos sistemas fonológicos do grego, sânscrito e árabe.

Por outro lado, na Inglaterra, o professor de dicção Alexander Bell escreveu um significativo tratado a que deu o título de *Fala Visível*. Nesse tratado estuda, de modo muito claro, as posições da língua em relação ao palato e o arredondamento e não arredondamento dos lábios. Idealizou um sistema de transcrição fonética, no qual os sons vocais não correspondem às letras do alfabeto, mas são representantes visíveis dos órgãos da fala e seus movimentos (o filho de Bell foi o inventor do telefone).

O ponto culminante de toda a investigação "paralinguística" foi o trabalho do estudioso alemão Eduard Sievers. Seu livro básico recebeu, em sua primeira edição, o título de *Fundamentos da Fisiologia Vocal* (1876). Esta mudança é significativa, porque assinala o advento da disciplina fonética, separada da fisiologia e colocada sob o domínio da linguística.

Sievers teve muitos seguidores. Muitos foneticistas dedicaram suas investigações às modernas línguas europeias, tanto com propósitos puramente descritivos como didáticos. Podemos mencionar entre eles: Charles Thurrot e Paul Pasázy, para o francês; John Strom e Henry Sweet, para o inglês; Kissling, Hoffmann e Viëtor, para o alemão; Gonçalves Viana, para o português. Além desses temos ainda Trautmann, Soames e Viëtor, que fizeram estudos fonéticos comparativos, relativos ao inglês, francês e alemão.

O acurado conhecimento da fonética das modernas línguas europeias tornou possível o estudo da pronúncia das antigas línguas europeias e das antigas fases de línguas moder-

nas existentes. Assim, o foneticista alemão Seelmann investigou os sons do latim em bases tanto fisiológicas como históricas, e o foneticista inglês Ellis dedicou-se à pronúncia do inglês antigo.

Como era de se esperar, o estabelecimento da fonética nestes moldes científicos foi benéfico à gramática comparativa do indo-europeu e à linguística, no seu sentido mais amplo.

Note-se, entretanto, que a fonética não foi clara e decididamente incluída na linguística. Os linguistas estavam conscientes do caráter natural da fonética e não sabiam como lhe dar um tratamento linguístico verdadeiro. O ponto de vista mais divulgado foi o de considerá-la um estudo pertencente às ciências naturais e da mais profunda importância para a linguística.

Era dito repetidamente que a fonética era uma disciplina auxiliar da linguística. Os linguistas deviam estudá-la e dominar suas complexidades físicas e fisiológicas a fim de serem capazes de lidar com os sons vocais e suas mutações. Por serem os sons vocais encarados como produções fisiológicas e como fenômenos físicos, havia um sentimento de desconforto no absurdo de excluir da linguagem os elementos da fala que estruturavam as formas linguísticas. Nenhuma solução, porém, foi sugerida a esta contradição interna, com a qual se deparava a linguística; e até a segunda década do século XX, a fonética encontrava-se a meio caminho entre as ciências naturais e a linguística.

Foi a fonética que levou a linguística a se dar conta da necessidade do conceito de sons vocais independentes de letras e, para representá-los, foi idealizado um processo fora da escrita comum, processo este que veio a se chamar *transcrição fonética*.

Capítulo XI

A NOVA VISÃO DO INDO-EUROPEU DEPOIS DE SCHLEICHER

As realizações da gramática comparativa do indo-europeu alcançadas por Schleicher e seus seguidores foram o objetivo de uma revisão cuidadosa, por uma nova geração de linguistas alemães, na década dos anos de 1870.

A primeira ideia a ser totalmente modificada foi a da classificação das línguas indo-europeias estabelecida por Schleicher e mantida, em sua essência, por Fick.

As relações entre os grupos indo-europeus foram profundamente alteradas. Em lugar da divisão de Schleicher em sua famosa árvore genealógica ou da divisão de Fick, diferindo em alguns detalhes, dava-se preferência, agora, a uma divisão em duas partes das quais uma abrangia as assim chamadas línguas ocidentais (Germânico, Ítalo-Céltico, Grego) e a outra, as assim chamadas línguas orientais (Indo-Iraniano, Armênio, Albanês e Balto-Eslavo).

A modificação teórica básica, porém, foi na maneira do desenvolvimento daqueles grupos oriundos de uma protolíngua unitária. Em vez da árvore genealógica estabelecida por Schleicher, seu aluno Johannes Schmidt lançou o que se chamou a "Teoria das Ondas", em um famoso livro publicado em 1872 e intitulado *Os Parentescos das Línguas Indo-Europeias*.

Acentuou que um dado grupo indo-europeu mostra muitas semelhanças com mais de um grupo, enquanto que a árvore

re de Schleicher admitia uma separação absoluta, tal como os diferentes galhos de uma árvore, e Fick partia da hipótese de um crescente afastamento da protolíngua unitária. Schmidt sustentava, ao contrário, que as línguas indo-europeias surgiam, na realidade, de uma língua anterior comum mas que deviam sua evolução à expansão no estilo de onda de inovações surgidas de centros diferentes. Consequentemente, áreas adjacentes são mais semelhantes que aquelas largamente separadas, e, em geral, as diferenças aumentavam à proporção que a distância entre as línguas era maior.

A consequência da teoria de Schmidt foi conceber as línguas indo-europeias como uma cadeia fechada. As ondas dialetais giravam em todas as direções, de tal maneira que podemos encontrar um território linguístico com traços em comum com mais de um território vizinho. Assim Schmidt explicava por que o balto-eslavo apresenta semelhanças tanto com o indo-iraniano como com o germânico.

A teoria das ondas de Schmidt foi negada por Fick que insistia na separação entre o ramo asiático e o ramo europeu, tal como o estabeleceu em seu *Dicionário* e discordava da explanação da expansão por ondas, atendo-se à ideia da árvore genealógica. Permaneceu, porém, isolado e a formulação de Schmidt, em suas linhas gerais, obteve aceitação total.

A segunda importante inovação na gramática comparativa do indo-europeu diz respeito à formulação conhecida como *Lei de Grimm*.

Vimos como esta formulação tem recebido aplausos como o primeiro enunciado nítido e coerente da regularidade interna na mudança fonética. Havia, entretanto, algumas discrepâncias nele que ninguém fora capaz de explicar. De acordo com a *Lei de Grimm*, as oclusivas surdas passavam às correspondentes fricativas surdas no germânico ($p > \varphi$, $t > \theta$, $k > \chi$); existem, porém, casos nos quais encontramos consoantes sonoras no germânico (β , θ , γ).

Ora, o estudioso alemão Karl Verner, em seu trabalho *Uma Exceção à Primeira Mudança Consonantal*, publicado em uma revista filológica alemã (1875), demonstrava que a divergência se deve à localização primitiva do acento: quando o acento recaía depois da consoante, uma sonora tomava o lugar. Por exemplo, *bhr̥ter-* dá lugar ao sânscrito *bhr̥tēr* e ao gótico *br̥ōbor-*, com uma passagem de *t* para *θ*, de acordo com a lei de Grimm; porém *patēr-* dá lugar ao sânscrito *pitār* e, devido ao lugar do acento, ao gótico *fadar*.

Ressalte-se o fato de que Verner chegou à sua afirmação através de uma súbita inspiração e estava, a princípio, um tanto receoso. Mas a aprovação de alguns colegas seus, ilustres, deu-lhe segurança e o fez decidir-se a divulgar sua descoberta.

Teve a mesma grande aceitação, e sua importância para a história da linguística foi muito grande. Veio reforçar a ideia de que as mudanças fonéticas podem ser colocadas em fórmulas nítidas e coerentes a fim de serem aplicadas ao estudo linguístico comparativo, da mesma maneira que um físico se apoia nas leis físicas de suas investigações. Fortalecia, assim, a ideia que estava, pouco a pouco, sendo desenvolvida pela linguística histórico-comparativa.

Uma terceira inovação importante modificou completamente a visão de Schleicher no que se referia às oclusivas velares do indo-europeu primitivo. A hipótese de Schleicher de uma única série de oclusivas velares (k, g, gh) foi suplantada por uma nova teoria, de acordo com a qual deve ter havido três séries bem diferentes: uma série velar, com sua articulação muito posterior dentro da boca e um concomitante arredondamento dos lábios; uma série velar na parte anterior do véu palatino, e uma terceira série com uma articulação palatal. Esta série palatal mudara para fricativas no sânscrito e não fora descoberta até então, porque os primeiros linguistas, de Bopp a Schleicher, não haviam ousado pensar que o sânscrito, afirmado por eles como a mais antiga língua indo-europeia e a mais próxima ao proto-indo-europeu, estava, neste caso, muito afastada.

O primeiro linguista a estabelecer, claramente, as três séries das oclusivas posteriores do indo-europeu, chamada a Leis das Palatais, foi o italiano Graziadio Ascoli no seu *Curso de Glotologia* (1870), nome pelo qual, na Itália, a linguística é usualmente conhecida. Depois, o estudioso dinamarquês Vilhelm Thomsen melhorou a asserção de Ascoli, explicando que a africada *ts* do sânscrito não era um reflexo da série das palatais do indo-europeu mas uma mudança fonética do *k* hindu antes de uma vogal palatal.

Esta descoberta de Thomsen foi retrabalhada por outros linguistas, tais como o dinamarquês Isaias Tegner, da Universidade de Lund, por Karl Verner e pelos estudiosos alemães Hermann Collitz (um discípulo de Fick), Johannes Schmidt e, finalmente, Hermann Osthoff, a quem veremos mais tarde. Deu essa descoberta lugar a uma divisão das línguas do indo-europeu, de acordo com o desenvolvimento de oclusivas palatais, as do Ocidente, onde estas consoantes permaneceram oclusivas e as do Oriente onde as articulações então oclusivas passaram a fricativas. É a famosa distinção entre as línguas *Centum* e *Satem*, uma denominação baseada na palavra para "cem" no indo-europeu, *centum* sendo a forma encontrada no latim e *saftem*, a forma encontrada no iraniano.

Claro que a descoberta de Thomsen levou a uma revisão do sistema vocálico no proto-indo-europeu. Deve-se admitir que deve ter havido vogais palatais ou anteriores na protolíngua e, mesmo, no primeiro estágio do iraniano. Daí termos o ponto de partida para um mapa inteiramente novo das vogais do proto-indo-europeu. O ponto culminante deste novo conhecimento, combinado com uma teoria mais sólida do *Ablaut*, foi o trabalho do linguista suíço Ferdinand de Saussure, de quem falaremos mais tarde, na época com vinte e um anos de idade. Esse ponto culminante foi o seu *Memoir sobre o Primitivo do Sistema Vocálico das Línguas Indo-Europeias* (1878). De acordo com esta nova visão, havia na língua proto-indo-europeia duas vogais fundamentais e o. O *Ablaut* qualitativo esta-

va em oposição a estas vogais, dentro da mesma raiz, tal como encontramos em latim a oposição entre o substantivo *toga* e o verbo *tego*. Estas vogais, combinadas com sons a que os indo-europeístas chamaram *soantes*, *i*, *u*, *r*; *l*, *n*, *m*, isto é, as semivogais *i* e *u*, e as líquidas e nasais. O grau reduzido da raiz foi determinado pela ausência de *e* ou *o*; nesse caso a raiz tinha como centro silábico as vogais *i*, *u*, e as líquidas ou nasais passaram a sons vocálicos como o núcleo vocálico da raiz da sílaba, ou como uma vogal neutra entre consoantes (*schwa*). Este grau enfraquecido havia sido selecionado pelos gramáticos hindus, em sua abordagem descritiva, como a raiz básica, de maneira que *e* e *o* que se fundiram em *a* no sânscrito foi tratado como um *a*-guna para a raiz.

Ademais, havia no proto-indo-europeu a vogal *a*, tanto como redução de *ē*, *ō* (como na forma verbal do grego para “quebrar” “*rhēg-ny-mi*” “*ērhōga*, perfeito, e “*e-rrhāgēn*”, aoristo) e de *ā*, *ō* (como nas oposições do dórico grego “*phā-mi*”, “eu digo”, e do grego “*phōnē*” “voz” e “*phatōs*” “dito”).

Essas novas interpretações do sistema sonoro determinaram uma visão bastante diferente da estrutura do proto-indo-europeu e seu modo de desenvolvimento.

A ideia de Schleicher acerca da protolíngua como a realização máxima do impulso linguístico criativo foi completamente abandonada.

A linguística tornou-se ciente de que as línguas proto-indo-europeias que ela tentava reconstruir deviam ter sido um estágio no desenvolvimento linguístico, cada qual com um passo de desenvolvimento semelhante e não o ponto de partida de uma nova era na história linguística da humanidade.

As raízes indo-europeias, por exemplo, passaram a não mais ser consideradas como as primeiras palavras indivisíveis da língua primitiva da humanidade. Passaram a ser vistas, tão somente, como o ângulo semântico das palavras naquele estágio pré-histórico ao qual a gramática histórico-comparativa poderia chegar.

Com todas estas descobertas a visão com a qual se defrontavam os linguistas no estudo das antigas línguas indo-europeias foi muito diferente da anterior.

Esta visão teve a mais importante consequência no estudo histórico da linguagem. A ideia de uma regularidade interna das mudanças fonéticas foi totalmente obscurecida. A linguística fez uma associação desta regularidade com as leis naturais que a física moderna estabeleceu regulando os fenômenos físicos e a evolução física do universo.

Tal associação deu lugar à expressão “Leis Fonéticas”, que se tornou lugar comum em linguística a partir de 1870. Sob esta associação muitos linguistas reforçaram a crença do conceito de Schleicher de que a linguística era uma ciência natural.

Mas, naturalmente, a ideia de leis fonéticas não levou, necessariamente, a tal conclusão. O conceito de fonética como ciência biológica auxiliar da linguística preparou o terreno para um segundo ponto de vista que, por muito tempo, dominou a investigação linguística.

Cria-se que os sons vocais eram forçados a mudar através de um processo fisiológico que explicaria a regularidade destas mudanças e as leis que as governam. Dessa forma, deixar-nos-íamos com fenômenos fisiológicos de mudança, no âmbito da fonética, com um resultado perturbador no âmbito da língua propriamente dito. A total mudança fonética dominante poderia alterar continuamente as sistematizações morfológicas e sintáticas da língua. Em outras palavras, haveria um permanente debordamento através da evolução fonética da fisiologia no mundo humano da língua.

A regularidade da mudança fonética foi explicitamente apresentada por Verner: “Deve haver uma regra para a irregularidade; o problema é encontrá-la”. O linguista alemão August Leskien, um especialista em eslaviano, aventou a mesma ideia em seu livro sobre a declinação no balto-eslaviano e no germânico (1876) e o alemão Wilhelm Scherer a enunciou de ma-

Capítulo XII

O MOVIMENTO DOS NEOGRAMÁTICOS

neira muito incisiva: "As mudanças fonéticas que podemos observar na história documentada das línguas procedem de acordo com leis fixas que não sofrem qualquer distúrbio salvo em concordância com outras leis" (1875). Tal foi a ideia básica de um grupo de linguistas na Alemanha, chamado "Os Neogramáticos", que assinalam um ponto decisivo na história da linguística.

O movimento dos neogramáticos foi inspirado pelas ideias de Wilhelm Scherer, em seu livro *A respeito da História da Língua Alemã*, 1868. Scherer, como vimos, advogava leis fixas na mudança fonética. Enfatizava a importância da fonética para o estudo histórico da linguagem. Reprovava a orientação filosófica hegeliana de Schleicher e apelava para a experiência, como a verdadeira fonte, em existência, do conhecimento linguístico. Nessa base, rejeitava a distinção que Schleicher fazia entre o período pré-histórico no qual a língua fora criada e um período histórico de decadência. Não reconhecia outra diferença entre o período pré-histórico e o histórico que não fosse a natureza própria das fontes. Consequentemente, considerava o proto-indo-europeu como uma língua semelhante, em sua natureza interna, às línguas históricas dela derivadas. Lançou também a hipótese da "analogia", uma das pedras fundamentais da teoria neogramática, para explicar as mudanças fonéticas em contradição com as leis fônicas firmemente estabelecidas. Channou a este tipo de transformação "falsa analogia" por partir da fonética e, do ponto de vista da fonética, a analogia dava lugar a associações de formas, o que lhe parecia falsificar os resultados fonéticos.

Os principais representantes do movimento dos neogramáticos foram: Karl Brugmann, Hermann Osthoff, Berthold Delbrück, Jakob Wackernagel e Hermann Paul. August Leskien aderiu a eles. O linguista italiano Graziadio Ascoli este-

ve também ligado a eles, embora mantendo algumas diferenças básicas. Johannes Schmidt (aluno de Schleicher que, desde 1876, ocupava a cadeira de Bopp na Universidade de Berlin), Hermann Collitz e Adalbert Bezzenberger (ambos discípulos de Fick), permaneceram à parte, embora concordassem com muitas das ideias dos neogramáticos.

O movimento dos neogramáticos teve, desde o início, um caráter polêmico. Surgiu, num barulhento comunicado, contra métodos mais antigos de linguística comparativa.

O movimento começou com uma briga pessoal entre Georg Curtius e Karl Brugmann, que eram corredtores de uma revista filosófica, *Estudos sobre a Gramática Grega e Latina*. Em 1876, enquanto Curtius se encontrava fora em viagem, Brugmann inseriu naquela revista um artigo intitulado "A Soan-te Nasal na Primitiva Língua Indo-Germânica". Brugmann advogava, neste artigo, a existência das nasais como silábicas, ou núcleos de sílabas, no proto-indo-europeu, em consequência do grau reduzido do "Ablaut". Estendia, assim, às nasais, a possibilidade, que antes fora lançada para o caso das líquidas; no mesmo ano da publicação de Brugmann, seu colega Hermann Osthoff expusera seu ponto de vista referente ao *r* silábico no proto-indo-europeu.

Contudo, a ideia de um *n* e *m* silábicos, sem o apoio de uma vogal verdadeira, não foi aceita por Curtius. No fim do volume, declarou em uma nota que estivera ausente de Leipzig e não houvera tido a oportunidade de formular sua opinião a respeito do artigo, cuja responsabilidade deixava inteiramente a critério do corredtor. Brugmann deixou de colaborar na revista e, depois de algum tempo, Curtius a substituiu por outra com novo título, com o que Brugmann não tinha qualquer relação. Este, por seu lado, deu início à publicação de uma nova revista intitulada *Investigações Morfológicas*, tendo como corredtor seu velho amigo Hermann Osthoff.

Foi no seu primeiro volume (1878) que Brugmann delineou o movimento dos neogramáticos em um agressivo "Pre-

fácio". Neste Prefácio, Brugmann cunhou a designação especial de *junggrammatische Richtung* (o movimento dos jovens gramáticos) para firmar sua atitude e aquela de seus amigos mais chegados, em relação a Curtius.

"Jovens Gramáticos" foi um apelido humorístico para os alunos da Universidade de Leipzig que eram hostis aos ensinamentos de Curtius. A intenção humorística de Brugmann não foi compreendida e o termo que ele lançou veio a designar, o que foi oferecido aos círculos universitários, como um movimento reformador em linguística. O estudioso italiano Graziadio Ascoli, mais tarde, em uma carta na qual fazia polêmica com Brugmann e seus amigos, traduziu o termo alemão pelo termo *neogrammatici* e aquela cunhagem, com a substituição da ideia de *jovem* pela de *novo*, foi adotada fora da Alemanha.

Curtius foi um oponente teimoso do movimento e um defensor não apenas dos linguistas mais velhos mas de suas ideias também.

Vale a pena parar por um momento para examinar as principais características do movimento dos neogramáticos. No âmbito da gramática comparativa do indo-europeu, estabeleceram um novo quadro do indo-europeu primitivo nos moldes que expusemos rapidamente em um outro capítulo. Este quadro desenvolveu-se em um mais amplo sob o título de *Fundamentos da Gramática Comparativa das Línguas Indo-Germânicas*, por Brugmann e Delbrück, em três volumes, incluindo fonética, morfologia e sintaxe (a partir de 1886). A parte sobre sintaxe, uma inovação nos estudos indo-europeus, ausente dos trabalhos de Bopp e Schleicher, deveu-se a Delbrück, que pode ser considerado o fundador da sintaxe histórico-comparativa do indo-europeu. Publicara antes uma série de "Investigações Sintáticas" e, no *Grundriss*, no qual o tratamento fonético e morfológico é da pena de Brugmann, Delbrück focalizou o uso das formas e delineou uma teoria da oração, totalmente independente de pressuposições baseadas na lógica.

No começo do século XX, Brugmann publicou o *Resumo de Gramática Comparativa das Línguas Indo-Germânicas*, melhor conhecido nos países latinos, através da tradução francesa de Meillet e Gauthiot.

No que diz respeito ao estudo histórico da linguagem, ou linguística histórica geral, a chave da doutrina dos neogramáticos é a segura asserção das leis fonéticas que, como postulou Osthoff, trabalham com uma necessidade cega. Daí, a atribuição da evolução fonética a uma ação mecânica de forças fisiológicas e psíquicas que escapam ao controle humano.

Neste sentido toda a atenção dos neogramáticos se concentrou nas mudanças fonéticas que parecem contradizer as referidas leis tão bem estabelecidas. Explicaram, de maneira constante e unilateral, estas discrepâncias, pelo que eles chamaram de analogia.

Na gramática grega, "analogia" era uma perfeita harmonia entre formas gramaticais e as ideias lógicas que se propunham representar.

Os neogramáticos, entretanto, não deram muita importância à lógica e, como enfatizara Brugmann no seu famoso *Préface às Investigações Morfológicas*, estavam muito mais interessados nos aspectos psíquicos dos processos linguísticos. Desta maneira criaram uma oposição entre os processos mecânicos da mudança fonética e a atividade mental da analogia que agia em oposição a eles.

A analogia era vista como a única exceção possível nos resultados regulares da lei fonética. A mente humana, associando formas distintas por seus significados ou semelhança de sons, foi vista como capaz de interferir no desenvolvimento natural de sons, contrariando a esmagadora força de uma lei fonética no caso de algumas formas, postas em associação mental com outras formas, bastante diferentes, que resultaram de outras leis fonéticas.

O linguista italiano Graziadio Ascoli (1886) no seu *Dois Cartas Glóticas*, dirigido aos neogramáticos, aceitou o princí-

pio das leis fonéticas, mas insistia que devessem elas ser explicadas por fatores históricos e que tais fatores devessem ser responsáveis pelas exceções a elas.

Os neogramáticos alemães se concentravam na Universidade de Leipzig e, por essa razão, eram também conhecidos como a Escola de Leipzig.

Suas ideias se espalharam muito, entretanto, e, na última parte do século XIX, podemos falar de uma abordagem neogramática em linguística como uma corrente dominante entre os linguistas.

A teorização desta abordagem foi exposta no livro de Hermann Paul *Princípios de História Linguística*, com várias edições que acompanharam o desenvolvimento da ciência (1880). Nos *Princípios de História Linguística*, de Paul, encontramos os fundamentos do estudo histórico da linguagem, nos quais, por muito tempo, a investigação linguística se baseou. É um epítome da ciência linguística, significativamente representativa das ideias dominantes sobre essa ciência nas últimas décadas do século XIX e dos primeiros anos do século XX.

Fagamos uma pausa, portanto, para apreciá-la rapidamente. Em primeiro lugar, deve ser mencionado que Paul concebia a ciência da linguagem apenas como um estudo do desenvolvimento histórico dos fenômenos linguísticos. Ele assim o diz, numa forma muito concisa, quando afirma que "o único estudo científico da língua é o estudo histórico". E acrescenta: "todo estudo linguístico-científico que não é histórico em seus objetivos e métodos só pode ser explicado em consequência de uma deficiência do investigador ou de deficiências nas fontes de que dispõe".

Portanto, podemos dizer que nos *Princípios de História Linguística*, de Paul, e na abordagem neogramática foi consolidado o estudo histórico da linguagem. O estudo descritivo da linguagem ainda não existia e, em seu lugar, encontramos o estudo pré-linguístico do "certo e errado" e o paralinguístico biológico. A fonética, como vimos, desenvolvera-se desde os

meados do século XIX, mas era paralinguística, uma vez que focalizava os fatores fisiológicos e físicos que produzem a fala.

As poucas observações sobre o funcionamento da linguagem que encontramos em Paul fora da perspectiva histórica é accidental no livro e tem um caráter paralinguístico, baseado em pura psicologia. Apresentava-se como informação subsidiária ao estudo histórico, da mesma maneira que a fonética descritiva surgira com a intenção de dar uma base fisiológica ao estudo linguístico da mudança fonética. Dentro do âmbito histórico, entretanto, os *Principios de História Linguística*, cobrem um vasto campo de investigação.

Além do desenvolvimento histórico dos sons, formas e orações, Paul dedicou parte de seu livro ao estudo da mudança de significado nas palavras. Delineou uma classificação dos tipos destas mudanças através da ampliação e redução do significado e insistiu no papel representado pela metonímia e pela metáfora. Dessa maneira, estas duas figuras do discurso, da retórica grega, foram colocadas em uma perspectiva histórica, como causa da mudança linguística. E o estudo das mudanças se estendeu da forma externa da língua para o que Humboldt chamou a forma interna.

Vale ressaltar, por outro lado, que Paul tentou constantemente basear suas asserções sobre mudanças sistemáticas, sejam elas nos sons, nas formas, em orações ou em significados em uma investigação a respeito das causas da mudança.

Estas causas parecia a ele terem como centro a psicologia. Assim o estudo paralinguístico psicológico é, no seu livro, paralelo à mudança linguístico-histórica. Cada mudança fonética era atribuída, dentro do âmbito psicológico, a uma mudança na localização do ponto de articulação.

Utiliza, neste seu esforço, a doutrina psicológica baseada no indivíduo. Para ele, toda a mudança se processa na mente e daí se espalha, tornando-se uma mudança na língua comum, o resultado do modo pelo qual os indivíduos em sociedade se deixam influenciar.

Podemos resumir, então, o ponto de vista teórico do movimento neogramático enfatizando seus dois pontos centrais: 1) A teoria da mudança fonética e da analogia tal como lançadas por Brugmann; 2) o suporte da psicologia individual para elucidar a causa da mudança linguística (Paul).

Capítulo XIII

A OPOSIÇÃO AOS PONTOS DE VISTA DOS NEOGRAMÁTICOS.

WUNDT, SCHUCHARDT, ASCOLI, MARTY

Voltemos, agora, nossa atenção à oposição a alguns dos pontos de vista básicos que a doutrina dos neogramáticos encontrou desde o começo.

Estes pontos de vista podem ser resumidos em três itens:

1) a interpretação psicológica da linguagem tal como concebida por Hermann Paul; 2) a teoria das leis fonéticas e sua contraparte baseada na analogia, que foi o grito de guerra contra os linguistas mais velhos no famoso *Préface* que Brugmann escreveu para o primeiro volume das *Requisitas Morfológicas* e se tornou a pedra fundamental da doutrina linguística neogramática; 3) e a postulação de que o estudo científico da linguagem fosse um estudo exclusivamente histórico ou, em outras palavras, que a linguística nada mais era senão uma teoria científica de mudança linguística.

A interpretação psicológica da linguagem dada por Hermann Paul foi considerada errônea pelo filósofo alemão Wilhelm Wundt no fim do século XIX.

Wundt era autor de um longo trabalho sobre psicologia, no qual investigava o desenvolvimento da linguagem, mitos e costumes na humanidade. O primeiro volume é dedicado à linguagem (1900) e foi recebido com hostilidade no círculo dos neogramáticos. Delbrück e Paul escreveram contra esse livro.

Chegou mesmo a haver uma polêmica entre Delbrück e Wundt em consequência das críticas de Delbrück, no começo do século XX.

A divergência entre Wundt e Hermann Paul concentrava-se no modo de utilização da psicologia na interpretação da linguagem.

Já vimos que, de acordo com o ponto de vista de Paul, a mudança linguística se dá na alma de cada indivíduo e se espalha através do processo de comunicação, de um indivíduo para outro.

Wundt tinha, sobre o assunto, um ponto de vista oposto. Ele partia da psicologia coletiva ou psicologia étnica. Achava que os processos psíquicos de qualquer indivíduo de uma dada sociedade dependiam das correntes psíquicas existentes nessa sociedade. Ele designava essas correntes coletivas pela metáfora Alma Coletiva e atribuía, às correntes coletivas, a base de toda mutação linguística. Tal ponto de vista alterava substancialmente a abordagem psicológica da linguagem que Paul, dentro da doutrina neogramática, tinha traçado como base da psicologia do ser humano.

Ademais, Wundt encarava os fenômenos linguísticos como processos sintéticos desde o início, enquanto que Paul tentava analisar cada fenômeno linguístico a fim de chegar aos elementos individuais cuja reunião lhe dera início. Esta discrepância entre os dois estudiosos está bem ilustrada por suas visões opostas ao problema psicológico da gênese da oração na mente do falante. De acordo com o ponto de vista esposado por Paul, o indivíduo pensa em um sujeito e depois lhe junta um predicado. Wundt, ao contrário, advogava a síntese na mente do falante, a representação de um todo que, num segundo estágio, a mente dissociava em um sujeito e um predicado.

Outro ponto de divergência entre Wundt e os neogramáticos era a maneira de utilizar os dados linguísticos. Wundt, via de regra, deixava de lado as línguas indo-europeias e a já bem estabelecida conclusão da gramática comparativa indo-europeia a fim de utilizar dados linguísticos do africano, hindu e ou-

tras línguas selvagens não indo-europeias, numa forma semelhante à que Humboldt e Steintal haviam utilizado. Os neogramáticos depreciavam este método por estarem convencidos de que a linguística indo-europeia era, até então, a única formulação científica sobre linguagem, formulação essa que seria estendida a outras línguas cujos dados, obtidos fora do método comparativo indo-europeu, eram falhos, grosseiros, incoerentes e errôneos.

Na verdade, Wundt não era um linguista, mas um psicólogo tratando com linguagem. Nem ele se considerava um linguista. Seu objetivo era lançar as bases da psicologia da linguagem, como disciplina auxiliar da linguística. Ele diz isso claramente em seu artigo intitulado "História e Psicologia da Linguagem", em resposta à crítica de Delbrück.

Seu trabalho, apesar de suas falhas, é muito significativo para a história da linguística. Sua ideia de uma psicologia coletiva da linguagem tornou-se um ponto decisivo no estudo interdisciplinar de psicologia e linguística que está hoje solidamente estabelecido sob o nome de *Psicologia da Linguagem* (ou, nos Estados Unidos, psicolinguística).

A teoria neogramática das leis fonéticas teve seu mais importante oponente no linguista austríaco Hugo Schuchardt.

Schuchardt, que era professor de linguística na Universidade de Graz, na Áustria, escreveu principalmente ensaios e monografias dos quais há uma seleção feita pelo seu discípulo Leo Spitzer sob o título *Schuchardt Brevier. Ein Vademecum der Allgemeinen Sprachwissenschaft* (Manual de Linguística Geral).

Um dos artigos mais importantes nesta seleção é sua crítica ao princípio teórico das leis fonéticas, ao qual ele deu o nome "Sobre as Leis Fonéticas" (Contra os neogramáticos). Neste artigo, publicado em 1885, a ideia central é que toda mudança linguística deva ser vista numa relação constante com o pensamento individual do falante e não possa ser reduzida a uma lei que governa a fala do indivíduo, de fora, como estava implícita

na concepção neogramática da lei fonética. Para ele, qualquer mudança fonética era, antes, encarada como o resultado de uma série de processos analógicos pelos quais o falante associava estruturas fonéticas e fazia inovações sob um impulso momentâneo e arbitrário. Deste modo, afastava a possibilidade de mudanças fonéticas sistemáticas mas admitia a possibilidade de um som mudar em mais de uma direção de acordo com as analogias momentâneas criadas na mente do falante.

Sua atitude contra as leis fonéticas é, na realidade, um dos aspectos de sua atitude geral para com a linguagem. Embora sendo ex-aluno de Schleicher, não aceitou a interpretação da linguagem como um organismo ou, mesmo, um sistema. Para ele, a linguagem nada mais é que uma generalização grosseira que não corresponde exatamente à realidade: na realidade nós nos deparamos somente com atos concretos de fala, dependentes da atividade mental do falante no momento dado e sob estímulos exteriores.

Daí sua abordagem à investigação etimológica. Em lugar de focalizar afirmações fonéticas para fazer suas pesquisas nos moldes neogramáticos referentes à origem de um dado vocábulo, focalizava-o e tentava estabelecer sua história em suas mutações caprichosas como fatos de uma vida individual. Aplicou este método, por exemplo, em suas inquirições acerca da origem do verbo francês *trouver*: em vez de um étimo *troupare*, obtido pela aplicação das leis fonéticas, estabeleceu a origem do vocábulo francês no latim *trubare*, seguindo as vicissitudes deste verbo latino na gíria usada pelos pescadores.

O mérito de Schuchardt jaz no fato de se opor à facilidade com que a abordagem dos neogramáticos incorria em abstrações e generalizações. Chamou atenção para as dificuldades e os aspectos particulares envolvidos no processo de mutação das formas linguísticas. Ademais, ele é muito importante para a história das ideias linguísticas por sua concepção de *mistura* em linguagem. Ele achava que a linguagem é, sob todos os aspectos, o resultado de um processo de mistura: há mistura de

formas de um falante para outro dentro da mesma língua, mistura de maneiras de falar local e mesmo mistura de línguas diferentes. Ele via toda língua como uma língua misturada e era meio cético quanto à Classificação Genealógica das Línguas.

Schuchardt não se dedicou à linguística indo-europeia. Seus objetivos mais importantes eram: as línguas românicas e suas origens de um aspecto popular do latim e as línguas ibéricas antes da conquista romana da península hispânica.

Entre seus estudos românicos podemos mencionar o tratado sobre o *Vocalismo do Latim Vulgar*, um de seus primeiros trabalhos (1866-1870). Quanto ao ibérico, tentou reconstruir a declinação do nome ibérico focalizando, para isso, o basco como um remanescente das línguas ibéricas. Em seus estudos do basco lançou a teoria da natureza passiva da construção do verbo basco, usual, como correspondendo a uma construção passiva nas línguas indo-europeias.

Schuchardt também merece elogios por suas investigações das línguas crioulas, isto é, línguas europeias tais como o inglês, o francês e o português, profundamente alteradas na boca de falantes nativos da Ásia, África ou América. Lançou a ideia de que a origem das línguas românicas se deveu à presença de crioulos semelhantes entre as populações nativas falando latim no Império Romano. Esta ideia foi considerada errônea e apressada e, a seguir, totalmente abandonada, porém os estudos das línguas crioulas por Schuchardt são muito acurados e têm chamado a atenção de linguistas para um riquíssimo campo de fenômenos linguísticos.

A teoria neogramática das leis fonéticas foi também criticada pelo linguista italiano Graziadio Ascoli, com quem já nos deparamos mais de uma vez. Ascoli, como já vimos, diferentemente de Schuchardt, era um adepto da teoria neogramática nos seus traços essenciais. Em seu ensaio *Doas Letras Glólicas*, nas quais ele polemiza com os neogramáticos alemães (traduzindo desse modo, como vimos, o termo alemão), advoga o ponto de vista de que a concepção das leis fonéticas era uma

velha ideia em linguística e estava no âmago de sua própria doutrina antes da dos neogramáticos mas divergia deles nas causas fisiológicas e psicológicas que eles atribuíam à regularidade da mudança fonética.

De acordo com seu ponto de vista, tal causa deve ser buscada na mistura de populações como resultado de uma conquista. Os vencidos, adotando a língua dos conquistadores, devem ter mudado sua pronúncia de acordo com seus hábitos anteriores. Desta forma explicava tanto a constante evolução fonética numa língua como a sua fragmentação num vasto território devido a diferentes leis fonéticas locais.

No campo do indo-europeu ilustrava a sua teoria através do sânscrito, grego, latim, alemão, etc. com suas leis fonéticas próprias e suas evoluções em face da língua-mãe pré-histórica. Seu ponto de vista era o de que os conquistadores indo-europeus haviam imposto sua língua a populações bem diferentes com hábitos articulatórios bem diversos. Um de seus exemplos era a presença das consoantes retroflexas dentais no sânscrito (uma articulação dental, na qual a ponta da língua se levanta até o palato); considerava-as como resultantes dos hábitos articulatórios da população dravídica da Índia, vencida pelos arianos indo-europeus, e argumentava que as consoantes retroflexas existem nas modernas línguas dravídicas da Índia.

A teoria de Ascoli foi chamada de teoria do "Substrato". Causou profunda impressão e ofereceu estímulo a muitas pesquisas. Tem sido criticada por alguns linguistas e reformulada por outros, mas permanecendo como matéria frequente nas discussões linguísticas até hoje.

A limitação da linguística a uma teoria científica de mutação linguística que, como vimos, foi a pedra de toque do trabalho de Hermann Paul como o mais significativo teorizador do neogramaticismo, naturalmente recebeu aceitação total. Tal concepção nada mais era que a consolidação da tendência existente em linguística, desde seu advento focalizando a Gramática Comparativa Indo-Europeia.

Somente muito mais tarde uma nova visão da linguística seria obtida a fim de que tivesse início aquilo que vimos chamando o estudo descritivo da linguagem.

Observe-se, entretanto, que o ponto de vista de Hermann Paul foi muito cedo criticado pelo linguista suíço-alemão Anton Marty. Seus escritos e palestras contra a abordagem exclusivamente histórica, em linguística, não teve muita repercussão em seu tempo. Deve ele, porém, ser mencionado como pioneiro por advogar a abordagem descritiva em oposição ao livro de Hermann Paul. Escreve, por exemplo, em um de seus artigos: "Há uma geografia científica ao lado da Geologia, uma Anatomia e Histologia ao lado da Fisiologia, uma Psicologia Descritiva ao lado da Psicologia Genética e, da mesma maneira, devemos ter uma Semasiologia Descritiva ao lado de uma Genética".

O uso do termo Semasiologia é também um traço pioneiro. Ele viu a linguagem humana como um aspecto particular da Ciência dos Sinais em geral e deu a esse aspecto o nome grego de "Semasiologia" ou em alemão *Bedeutungslehre* ("A Ciência do Significado").

As publicações de Marty são poucas e a maior parte de seu trabalho ficou inédita até recentemente, quando seu discípulo Otto Funke, professor da Universidade de Berna, começou a editá-lo.

Capítulo XIV

ESTUDOS DO INDO-EUROPEU NO PERÍODO NEOGRAMÁTICO. LINGUÍSTICA ROMÂNICA

A despeito da oposição de competentes estudiosos e de todas as suas falhas, a doutrina neogramática prevaleceu por muito tempo. Trouxe realmente, à ciência da linguagem, princípios mais exatos. Estes princípios determinaram, como já vimos, uma nova visão à gramática comparativa indo-europeia. A visão neogramática neste campo está exposta, como já foi visto, no *Grundriss*, de Brugmann e Delbrück.

Os mesmos princípios foram aplicados ao estudo de muitos ramos do indo-europeu, com ímpeto e exatidão ao estudo comparativo dentro de cada ramo.

Alguns destes ramos indo-europeus passaram a ser firme e acuradamente estudados em bases mais sólidas que aquelas que a doutrina dos neogramáticos haviam colocado a serviço dos especialistas.

Desta maneira, o ramo céltico do indo-europeu, que era um campo muito complexo e confuso, foi submetido a um estudo comparativo completo. Os primeiros nomes a serem mencionados neste estudo são os de Heinrich Zimmer e Rudolf Thurneisen. Uma grande e bem elaborada *Gramática Comparativa das Línguas Célticas* foi afinal publicada pelo linguista dinamarquês Holger Pedersen nos começos do século XX (1911-1913).

O lituano, que, como já vimos, fora objeto da atenção de Schleicher e de Karl Verner, recebeu um tratamento bastante renovador em fins do século XIX e no começo do século XX. Foi estudado pelos linguistas alemães da época neogramática, August Leskien e Adalbert Bezzenberger. Mas o mais importante investigador neste campo foi o linguista russo Fortunatov. Em um famoso *Memoir* forneceu um relato oculto do sistema dos *pitch accents* do lituano demonstrando sua relação com a acentuação grega, como também a relação estreita existente entre o eslavo e o báltico, relação essa na qual o lituano ocupa lugar de destaque ao lado do letão.

O esloveno foi estudado com muita exatidão na segunda metade do século XIX pelo estudioso esloveno F. Miklosich; publicou ele uma *Gramática Comparativa das Línguas Eslavas* (1852-1875) em quatro volumes, um *Dicionário do Esloveno Antigo* (1862-1865), e um *Dicionário Etimológico do Esloveno* (1886). Depois dele, o neogramático alemão August Leskien foi o mais importante estudioso a ocupar-se deste ramo das línguas indoeuropeias. Podemos mencionar o seu *Manual do Búlgaro Antigo*; deu ele este nome à velha língua eslava em existência, como a mais antiga língua eslava por nós conhecida na tradução da Bíblia feita por Metódio e Cirilo, por ser evidente que esses dois bispos usaram uma antiga forma do búlgaro.

O albanês, cuja relação com outros ramos do indo-europeu tem sido um ponto discutível desde o início, recebeu um tratamento bastante acurado pelo linguista alemão Gustav Meyer, nos *Estudos Albaneses* (1892) e no *Dicionário Etimológico da Língua Albanesa*. Explica ele a origem dos vocábulos, tarefa muito difícil, porque o albanês tomou por empréstimo, de maneira acentuada, ao latim e às línguas eslavas da península dos Balcãs. Pôde esse linguista, dessa maneira, delinear o desenvolvimento albanês a partir do indo-europeu primitivo.

O armênio tem sido considerado, erroneamente, como derivado inicialmente do iraniano. Foi a doutrina neogramática das leis fonéticas que capacitou a linguística indo-europeia de

esclarecer a posição do armênio como um ramo especial da família indo-europeia. Este esclarecimento foi feito, principalmente, pelo estudioso alemão Heinrich Hübschmann em uma gramática armênia e em um tratado denominado *Etimologia Armênia* (1895).

O ramo germânico foi naturalmente, objeto de muita atenção por parte dos neogramáticos e seus seguidores. Hermann Paul foi o organizador de um grande *Grundriss de Filologia Germânica*, com um estudo da pré-história dos antigos dialetos germânicos por Friedrich Kluge e estudos separados sobre os vários dialetos entre os quais podemos mencionar a *História do Alemão*, por O. Behagel. Vale a pena destacar a *Gramática do Protogermânico*, por Streitberg.

No que se refere ao grego, o trabalho meritório de Georg Curtius, ao qual já aludimos, foi continuado nos moldes neogramáticos por Brugmann em sua *Gramática Grega*. Foi o ponto de partida de uma longa série de estudos históricos gregos pela pena de sucessivos estudiosos. O linguista francês E. Boisacq foi o autor de um *Dicionário Etimológico Grego*, no começo do século XX.

Uma grande realização no estudo histórico comparado do grego foi o trabalho do estudioso alemão Paul Kretschmer, *Introdução à História da Língua Grega* (1896), ponto de partida para uma investigação das línguas da Ásia Menor à época do grego antigo. Kretschmer é notável por seu método no estudo comparado de nomes de lugar como remanescentes de línguas desaparecidas.

Quanto ao latim, a velha abordagem histórica de Corssen, um filósofo alemão, foi continuada nos moldes neogramáticos pelos linguistas alemães Friedrich Stols (*Gramática Histórica da Língua Latina*, 1894) e Friedrich Sommer (*Manual de Fonética e Morfologia Latina*, 1902).

Os filólogos clássicos da primeira parte do século XIX eram levados a comparar o latim com o grego sob a falsa suposição de que devia haver uma relação estreita entre as duas línguas.

Esta ideia deve ter sido partilhada por Bopp, mas o desenvolvimento da linguística comparativa ofereceu, finalmente, evidência da irregularidade de tal suposição. Linguistas mais modernos, entretanto, não desprezaram este tipo de trabalho que oferece a oportunidade de um estudo-conjunto de duas línguas, tão profundamente associadas, através da história e de uma cultura comum. Mas tais linguistas deram a este tipo de trabalho o aspecto de um tratado focalizando dois ramos distintos de uma mesma família. Mais tarde, ao falarmos no século XX, mencionaremos as gramáticas comparativas do grego e do latim pelo americano Carl Buck e pelos franceses Joseph Vendryes e Antoine Meillet que são, como veremos adiante, nomes proeminentes numa fase mais moderna da história da linguística.

Além disso, essa técnica bastante acurada desenvolvida pelos neogramáticos tornou possível o estudo histórico comparativo do *osco-úmbrio* que é outro subgrupo do itálico ao lado do latim. O *osco-úmbrio* já recebeu a atenção do sanscritista Lassen, de Grotefend, o decifrador das inscrições persas, e de Lipsius, a quem já mencionamos como o autor do primeiro sistema universal do alfabeto. Um trabalho mais exato, na técnica neogramática, foi a *Gramática dos Dialetos Osco-Úmbrios*, do estudioso alemão R. von Planta (1892-1897). Seguiu-se a *Gramática do Osco e do Úmbrio*, de Carl Buck.

Mas foi no estudo das línguas românicas que a abordagem dos neogramáticos teve a sua maior significação. Ao mesmo tempo, foi nesse estudo que as mais importantes objeções contra as linhas essenciais da doutrina neogramática foram emitidas. A linguística românica, isto é, o estudo histórico comparativo das línguas românicas, derivadas do latim, é da maior importância na História da Linguística. Constituiu-se numa forma de testar as teorias que a gramática comparativa indoeuropeia tinha desenvolvido. No caso das línguas românicas, na realidade, temos uma subfamília de línguas cujos estágios, mais antigos, podem ser facilmente conhecidos e cuja protolín-

gua, o latim, tem sido desde o início objeto de intenso estudo dentro da cultura europeia.

Dessa forma, os estudos das línguas românicas são capazes de acompanhar muito bem o desenvolvimento das línguas românicas existentes e confrontar o estudo comparativo com os dados concretos que têm do latim.

Desde o trabalho de Friedrich Diez, entretanto, ficou estabelecido que a verdadeira protolíngua das línguas românicas não poderia ter sido a língua latina empregada nos trabalhos de literatura clássica romana. Não poderia ser aquele latim clássico uma língua escrita e refinada das classes superiores de Roma, mas um aspecto popular do latim, do qual temos alusões em trabalhos literários de um tipo mais popular, nas inscrições através do mundo românico durante o Império Romano e nos erros constantemente denunciados pelos gramáticos latinos devotados ao estudo do "certo e errado".

Para um quadro satisfatório deste latim popular ou latim vulgar havia dois caminhos à escolha dos linguistas: podiam, de um lado, tentar chegar ao latim vulgar examinando as fontes disponíveis que forneciam exemplos concretos desta língua popular e, por outro, podiam proceder à reconstrução linguística do latim vulgar pelos métodos da gramática comparativa do indoeuropeu, partindo das línguas românicas existentes.

De fato, a linguística românica não procedeu a uma escolha decisiva entre aqueles dois caminhos. Utilizou ambas as fontes de confronto e o método comparativo do indoeuropeu. Mas cada linguista, de acordo com sua formação teórica, deu mais peso a um daqueles dois processos.

Diez, o verdadeiro fundador da Linguística Românica (1836), aplicou o método comparativo. Schuchardt, ao contrário, em seu trabalho sobre os *Vocalismos do Latim Vulgar*, já mencionado, focalizou dados concretos. Naturalmente a abordagem neogramática levou à aplicação do método comparativo de modo completo e sistemático. E essa abordagem assinala

um estágio dos mais importantes, na linguística histórica das línguas românicas.

A principal figura nessa abordagem foi Wilhelm Meyer-Lübke. Ele nasceu na Suíça, mas sua vida como estudioso ele a passou na Áustria onde ensinou na Universidade de Viena e, mais tarde, na Alemanha, na Universidade de Bonn. Seus estudos foram principalmente realizados na Alemanha, onde foi aluno de Johannes Schmidt.

Publicou uma volumosa *Gramática das Línguas Românicas* (1890-1900) que de muito superava a velha gramática de Diez. Nesse livro Meyer-Lübke apoiou-se, muito, no método comparativo de reconstrução do indo-europeu, deixando, num plano muito secundário, as aludidas fontes concretas do latim vulgar.

Também escreveu gramáticas históricas de algumas línguas românicas tais como francês, italiano e catalão. Seu *Dicionário Etimológico de Línguas Românicas* é, até hoje, a base da investigação etimológica das línguas românicas; a terceira edição, em 1935, um ano depois de sua morte, foi cuidadosamente revista, principalmente no que diz respeito aos etimons-teóricos, isto é, as palavras do latim vulgar descobertas pelo método da reconstrução.

Mas o trabalho no qual ele expõe suas ideias teóricas e seu método em linguística românica, com profundas implicações para o completo estudo histórico da linguagem, é a *Introdução ao Estudo da Linguística Românica* no primeiro ano do século XX. Uma distinção muito importante é por ele feita nesse trabalho entre o que chama a investigação biológica e a investigação paleontológica. Através dessas metáforas visa focalizar a possibilidade que a linguística românica tem de partir de uma forma latina bem conhecida para as formas derivadas nas línguas românicas vivas (investigação biológica) confrontada com o método de reconstrução nos moldes da Linguística Comparativa Indo-Europeia (investigação paleontológica). A investigação biológica, no sentido atribuído por

Meyer-Lübke*, foi modelo das gramáticas históricas de cada língua românica isolada, o que se tornou frequente, escrito nos moldes da teoria neogramática.

Um traço muito característico do método de Meyer-Lübke é a importância que ele dá aos dialetos populares, deixando de lado as línguas literárias românicas, objeto exclusivo da investigação de Diez: Dessa forma foi obrigado a reformular a classificação das línguas românicas que Diez tinha facilmente estabelecido como ramo do latim; Meyer-Lübke delimitou grupos de dialetos populares, reunidos como um tipo de língua através da existência de traços linguísticos essenciais.

Vale a pena notar que, para isto, Meyer-Lübke apoiou-se muito mais nos traços morfológicos do que nos traços fonéticos.

* MEYER-LÜBKE, W. *Einführung in das Studium der Romanischen Sprachwissenschaft*. 3. ed., Heidelberg, 1920.

Capítulo XV

ESTUDOS NÃO INDO-EUROPEUS. GRAMÁTICAS COMPARATIVAS. A SÍNTESE DA COMPARAÇÃO LINGUÍSTICA

Os maravilhosos resultados obtidos pela linguística comparativa indo-europeia estimulou a investigação linguística nos mesmos moldes no âmbito das línguas não indo-europeias. Havia uma profunda impressão de que todas as línguas do mundo poderiam estar sujeitas a um estudo histórico comparativo semelhante e que, pelas leis da técnica comparativa, seria possível estabelecer muitas outras famílias de línguas no mundo em geral.

Já vimos que Whitney expressou sua opinião a respeito da possibilidade de entender dessa maneira o método histórico-comparativo a fim de cobrir todas as línguas da humanidade, tanto do passado como do presente. Tal ideia foi implícita ou explicitamente aceita. Os estudos históricos do indo-europeu foram, assim, considerados como modelo para o estabelecimento daquilo que se chamou o estudo histórico da linguagem. Já vimos que esse estudo histórico era considerado o único estudo científico da linguagem.

Devido à clareza e confiança da linguística do indo-europeu, em fins do século XIX, deparamo-nos com uma intensificação daqueles esforços. Havia, entretanto, três grandes razões para impedir, em muitos casos, a abordagem histórico-comparativa nos modelos dos estudos do indo-europeu.

Em primeiro lugar, pela não existência de traços de estágios anteriores de muitas línguas e grupos de línguas. O estudo histórico-comparativo, objetivando a reconstrução, não dispensava em seu método este conhecimento, a fim de estabelecer acuradas leis fonéticas e correntes de evolução morfológica.

Em segundo lugar, as estruturas linguísticas eram, em muitos casos, bem diferentes das estruturas do indo-europeu antigo, nas quais a natureza flexiva do vocábulo favorecia uma análise adequada das raízes e dos afixos. Já sabemos que a associação de raízes essenciais e afixos gramaticais entre as diferentes línguas é um elemento básico na técnica histórico-comparativa do indo-europeu.

Por último a inexistência de uma língua escrita e de uma língua literária mais ou menos padronizada se constituiu, muitas vezes, numa fonte de dificuldade. Os investigadores não encontravam, em muitos casos, um meio exato de se desembaraçar da aparente complexidade, incoerência e volubilidade do uso.

Por essas razões, o método histórico-comparativo não foi, em muitos casos, claro e firme. Em outros casos, na realidade, foi abandonado por um modo de pesquisa empírico. Os linguistas treinados na técnica do indo-europeu não se sentiam atraídos a estudar línguas e grupos de línguas nos quais eram incapazes de aplicar seus métodos rigorosos de investigação, de modo que este estudo foi deixado a missionários e antropólogos. Alguns deles, é verdade, tinham um certo preparo linguístico; mas tendiam a encarar a linguagem como qualquer outro fato antropológico. Dessa forma a linguística dissolveu-se na antropologia e perdeu o aspecto característico de uma ciência particular, que o estudo histórico da linguagem lhe houvera atribuído desde o começo do século XIX.

Com o passar do tempo, isto provou ser benéfico, porque desenvolveu uma nova abordagem liberta da visão demasiadamente estreita que considerava a linguística como uma disciplina meramente histórico-comparativa. Como tal confusão

perdurou obstinadamente no ar até as primeiras décadas do século XX, isto pode ser agulardado através do livro de Holger Pedersen, um linguista dinamarquês de quem falaremos mais tarde, *História da Ciência Linguística*, que nada mais é do que uma história completa da Gramática Comparativa (1924). Tal livro permitiu uma visão mais ampla dos fenômenos linguísticos, tal como já o indicara vagamente Humboldt, mas que fora neutralizado pelo estudo comparativo do indo-europeu. Entretanto, no fim do século XIX e no começo do século XX, os investigadores fora do domínio do indo-europeu ainda incapazes de competir com os linguistas do indo-europeu. Sua distância da linguística do indo-europeu e, mesmo, a sua abordagem descritiva da linguagem eram devidas, nas próprias palavras de Paul que já mencionamos, "ou às deficiências do investigador ou às deficiências dos dados de que ele dispunha".

Passemos agora a considerar o principal trabalho linguístico fora do domínio do indo-europeu. No grupo semítico de línguas, cujo parentesco genético já era conhecido há muito tempo, como já vimos, temos que mencionar o *Grundriss*, do estudioso alemão Carl Brockelmann, e a *Gramática Comparativa das Línguas Semíticas*, no começo do século XX.

As línguas africanas aparentadas às semíticas e reunidas em um grupo indefinido sob o nome de camito, como vimos, foram estudadas como um ramo da família semito-camítica pelos estudiosos alemães Leo Reinsch e Carl Meinhof, cujo trabalho sobre as línguas dos camitas é contemporâneo ao *Grundriss* de Brockelmann.

As línguas dravídicas da Índia foram objeto de uma gramática comparativa escrita por um estudioso inglês, o Bispo Robert Caldwell, antes do advento do movimento dos neogramáticos. O dravídico é um grupo de línguas não muito diferenciadas, anterior à invasão da Índia. Havia, nessas línguas, um estudo normativo, feito por gramáticos nativos, inspirado no modelo da gramática do sânscrito. Depois do movimento dos

neogramáticos essas línguas foram estudadas mais profundamente pelo linguista francês J. Vinson em várias monografias.

Um grupo muito fechado de línguas, no sul da África, conhecido por línguas banto (banto é o termo nativo para "homens"), foi também, sucessivamente, submetido a um estudo histórico-comparativo muito acurado, por W.H. Bleek (1869), pelo missionário Torrend (1892) e pelo estudioso alemão Carl Meinhof (1906).

As línguas do norte da África, não pertencentes ao grupo camítico, foram chamadas de sudanesas e vistas como um grupo em si mesmas, embora haja entre elas diferenças muito profundas e fundamentais. O primeiro investigador nesse campo foi o antropólogo alemão D. Westermann que tentou construir um proto-sudanês, partindo de umas poucas línguas do grupo.

Por outro lado, Carl Meinhof, em *Uma Introdução ao Estudo das Línguas Africanas* (Londres 1915), tentou reunir as muitas línguas da África em uma única família e, até mesmo, colocar nela muitas das línguas camíticas africanas que deveriam ter sido atribuídas ao bloco semito-camítico.

A técnica histórico-comparativa foi aplicada, com muita habilidade, ao chinês e a outras línguas vizinhas. O resultado foi o estabelecimento de uma grande família linguística, a indo-chinesa, incluindo as línguas do Tibet, da Birmanã, do Sião e da China. Um resultado muito louvável deste estudo comparativo foi a descoberta de que a estrutura isolante do chinês é o resultado de uma longa evolução linguística de um estágio mais complexo com palavras flexivas. Esta descoberta destruiu a hipótese, frequentemente aceita, desde os primeiros dias da linguística no século XIX, acerca da primitiva natureza isolante do chinês, hipótese essa que fora a pedra fundamental da teoria de Schleicher nos estágios de desenvolvimento da língua, como já mencionamos anteriormente. Os principais pesquisadores neste campo foram o estudioso alemão Augusto Conrad e o estudioso sueco Bernard Karlgren,

cujo trabalho mais significativo é o seu *Estudos de Filologia Chinesa*, publicado em francês.

As línguas da Malaia e da Polinésia foram facilmente reunidas em uma família genética, uma vez que as suas diferenças fonéticas podem ser explicadas por leis fonéticas claras e coerentes e sua morfologia e sintaxe são homogêneas. Elas têm sido estudadas por antropólogos de aguçado conhecimento linguístico, tais como o investigador inglês H. Codrington (*As Línguas Melanésicas*. Oxford, 1885). O ramo indonésio foi submetido a um completo estudo comparativo, nos moldes neogramáticos, pelo linguista suíço R. Brandstetter e pelo alemão O. Dempwolff, cujos trabalhos pertencem às primeiras décadas do século XX.

Através da antropologia, que se desenvolveu firmemente em fins do século XIX e no começo do século XX, as línguas vivas do mundo, como regra geral, eram examinadas e estudadas.

Podemos mencionar, neste particular, o trabalho do Bureau Americano de Etnologia, um departamento da Smithsonian Institution nos Estados Unidos da América, com o Major John Powell e seu corpo de pesquisadores. Este trabalho, que teve papel importante na história da linguística, uma vez que é uma escola linguística moderna, com novos pontos de vista e tendências, desenvolveu-se na primeira metade do século XX, como veremos mais tarde.

A expansão do conhecimento linguístico e sua cobertura do mundo inteiro, a despeito de suas deficiências e mesmo suas finalidades, estimulou alguns estudiosos a um estudo comparativo de dimensões universais.

O primeiro trabalho deste tipo foi realizado pelo linguista alemão Friedrich Müller na segunda metade do século XIX. O trabalho de Müller oferece um levantamento genealógico de todas as línguas e apresenta, também, resumos históricos de muitas línguas típicas.

No começo do século XX outro linguista alemão, Franz Finck, publicou um livro mais atualizado sob o título de *Famílias Linguísticas do Mundo*.

Ambos os pesquisadores, entretanto, não aderiram a uma divisão genética genuína de famílias de línguas, de acordo com o método histórico-comparativo. Combinaram-nas, de forma muito vaga, fazendo o arranjo das línguas de acordo com as diferentes raças humanas, isto é, aplicaram um critério antropológico que, praticamente, destrói a classificação por famílias. Ora, raça é um ponto indiscutível em antropologia e há muitas maneiras de se estabelecer uma classificação racial da humanidade. Müller utilizou o cabelo (raças de indivíduos completamente cabeludos, de cabelos lisos e de cabelos encaracolados). Finck aplicou um método mais simples, distinguindo as raças em caucasianas, mongólicas, americanas e etíopes.

Como não há uma relação inerente entre língua e raça, estes critérios raciais eram falhos e representavam, ademais, um recuo nos esforços da linguística em desenvolver uma classificação das línguas em termos puramente linguísticos.

Na década dos anos de 1920, uma nova síntese linguística foi desenvolvida pelo estudioso austríaco Padre Wilhelm Schmidt. As ideias centrais de Schmidt eram: 1) a concepção de "círculos" linguísticos como feixes de traços linguísticos essenciais; 2) a concepção, profunda, de mistura em linguagem, como a maneira ímpar da mutação linguística; 3) uma penetrante visão histórica, sob a qual os "círculos" linguísticos formaram uma cadeia histórica do desenvolvimento linguístico; 4) uma íntima associação destes "círculos linguísticos com os círculos culturais" que a escola antropológica, à qual pertencia o Padre Schmidt, tinha desenvolvido em sua tipologia da cultura como uma cadeia histórica de desenvolvimento cultural.

Assim, por exemplo, Schmidt viu uma relação íntima entre exogamia e a distinção inclusive-exclusive do pronome da 1ª pessoa do plural. O autor não abandonou a classificação de famílias linguísticas; mas atribuiu estas famílias a círculos linguísticos secundários, resultantes de uma mistura de traços entre círculos linguísticos primários. O trabalho do Padre Schmidt se intitula *As Famílias Linguísticas da Terra*.

Quanto à história das ideias linguísticas, ela é importante por seu caráter difusionista, isto é, o postulamento sobre mistura como o processo singular de desenvolvimento linguístico e sua visão de tipos de línguas em íntima associação com tipos culturais. É também notável por sua tipologia subordinada à difusão histórica e por sua afirmação, muito clara, sobre a monogênese da linguagem humana, embora o autor parta de círculos linguísticos primários, cada um com diferentes feixes de traços.

Os traços linguísticos apontados são ou fonéticos ou gramaticais e muito poucos em número. Foram estabelecidos através da linha histórico-cultural de Schmidt mas representam, na realidade, traços significativos usados para diferenciar as línguas do ponto de vista da fonética ou da gramática.

Três anos antes da publicação do livro de Schmidt o linguista italiano Alfredo Trombetti publicou o *Elementos de Glotologia*, também com vistas a uma síntese das línguas da humanidade. Tal como Ascoli, Trombetti fez seus primeiros estudos linguísticos através do autoidatismo. Só mais tarde granjeou a simpatia dos estudiosos de nível universitário e o reconhecimento de seus esforços.

Estes esforços foram dominados por uma ideia central: a monogênese linguística e a possibilidade de fornecer evidência disto através do método histórico-comparativo. Dessa forma, a síntese linguística de Trombetti se tornou uma aplicação aumentada da técnica comparativa do indo-europeu a fim de cobrir todas as línguas do mundo.

Naturalmente que era impossível desenvolver num tal esforço a doutrina neogramática, em todo o seu rigor fonético. Trombetti apoiou-se muito mais profundamente nas semelhanças morfológicas. Sustentava que uma língua muda muito vagarosamente e que a semelhança das formas linguísticas é uma séria indicação da afinidade linguística. Desta forma procurou estabelecer famílias linguísticas em todo o mundo e, através da comparação entre as mesmas, tentou delinear a protolíngua da humanidade.

Suas conclusões são apressadas e muitas vezes falhas, portanto, mas teve ele o mérito de estimular comparações ouvidas entre as famílias linguísticas já bem estabelecidas e seu exemplo, em modesta escala, tem sido seguido pela linguística comparativa contemporânea.

Ademais teve Trombetti um acurado sentimento linguístico e suas interpretações de fenômenos linguísticos concretos são exatas e sólidas. É notável, por exemplo, sua posição teórica contra a doutrina de Schuchardt, à qual já aludimos anteriormente, sobre a passividade verbal no basco.

Ele defendeu esta ousada tarefa sob o argumento de ser esta a única maneira de evitar o particularismo da linguística do indo-europeu a fim de se chegar a um estudo geral da linguagem humana. Está claro que, por este argumento, admitia ele a identidade da ciência da linguagem e da técnica histórica-comparativa.

Capítulo XVI

UMA NOVA ABORDAGEM PARA A LINGUÍSTICA HISTÓRICA. GEOGRAFIA LINGUÍSTICA

No começo do século XX as técnicas de pesquisa no campo da linguística românica sofreram uma reviravolta que afetou totalmente as novas abordagens técnicas e teóricas da ciência da linguagem.

Vimos como um entusiasmo por dialetos e línguas vivas locais nascera nos fins do século XIX. O linguista italiano Graziadio Ascoli, de quem já falamos, enfatizara a importância dos estudos dialetais e estabeleceu um estudo completo e acurado dos dialetos italianos existentes. Fundou uma importante revista sobre a dialetologia do italiano, *Archivio Glottologico Italiano* (1872). Esforços semelhantes referentes à dialetologia do francês foram despendidos pelo linguista Gaston Paris, francês de nascimento, e por seus seguidores.

Do estudo destes dois campos distintos da dialetologia nasceu o debate a respeito do conceito de "dialeto". Contrário a Ascoli, afirmava Gaston Paris que não havia dialetos unitários numa comunidade linguística. Sustentava que nos departamentos apenas com dados concretos particulares de caráter dialetal, os quais, de modo algum, constituem uma área linguística autônoma a que podemos chamar de dialeto. De acordo com Gaston Paris, cada traço dialetal tem sua própria extensão como uma linha isoglósica que não coincide com outras linhas isoglósicas a fim de estabelecer um feixe de traços lin-

guísticos opostos a outros feixes. Numa conferência sobre *Les Parlers de France* (1888), publicada, nesse mesmo ano, na revista francesa sobre dialetologia, Gaston Paris expôs, de modo definido, estas ideias, apoiando seu discípulo Paul Meyer, que então discordava de Ascoli nesse assunto.

Na verdade, os traços linguísticos que formavam as linhas isoglósicas eram visualizados, do ponto de vista histórico, como expressões de uma mudança linguística, particularmente, mudanças fonéticas. A abordagem descritiva viria modificar os termos do problema, como será mostrado adiante.

Gaston Paris teve a ideia de traçar mapas dessas linhas isoglósicas e isto deu lugar ao surgimento de uma nova técnica, conhecida por geografia linguística. Tal técnica não deve ser confundida com o uso de mapas para ilustrar a distribuição de línguas ou dialetos num dado território. O núcleo de tal técnica era a linha isoglósica, isto é, os traços linguísticos, isolados, como ponto de partida para a constituição do mapa linguístico. Podemos dizer, portanto, que a geografia linguística teve como base teórica o conceito de dialeto como uma abstração; essa a razão de focalizar cada mudança linguística *per se*, como o verdadeiro dado linguístico.

O verdadeiro criador da geografia linguística foi um estudioso suíço, Jules Gilliéron. Como um dos discípulos de Gaston Paris, dedicou-se à dialetologia e escreveu a sua tese de doutoramento sobre o dialeto de Vionnaz (1879). Seis anos mais tarde foi indicado para inaugurar o departamento de Galo-Romano, cuja criação Gaston Paris estimulara na *Ecole Pratique des Hautes Etudes*. Depois de ensinar a dialetologia do francês e de fazer pesquisas dialetológicas durante 15 anos na Suíça, Savoia e norte da França, Gilliéron dedicou seus esforços à ousada empresa de organizar um *Atlas Linguístico da França*. Foi entusiasticamente apoiado pelo foneticista francês Roussetot, com quem nos depararemos mais tarde, como o fundador de uma nova técnica em fonética.

Alguns anos antes, o estudioso alemão Gustav Wenker (1881) começara um *Atlas Linguístico da Alemanha*; mas, além de sua tarefa ter ficado inacabada, seu método era muito diferente do de Gilliéron. Enquanto Wenker utilizava uma investigação por correspondência, Gilliéron planejava o inquérito *in loco* por meio de um pesquisador em quem ele podia confiar e que deveria percorrer todo o território da França para entrar em contacto pessoal com os informantes locais. Para essa tarefa a escola de Gilliéron recain no não linguista Edmond Edmont, um prático em dialetologia com um aguçado sentido de audição e um bom treinamento em fonética prática.

Durante quatro anos (1897-1901) Edmont visitou seiscentos e trinta e oito lugares da França Continental e ilhas costeiras. U sou um questionário de cerca de duas mil orações e palavras comuns cuidadosamente preparadas por Gilliéron. Os itens visavam focalizar palavras arcaicas e neologismos, traços fonéticos, variações no nome e flexões pronominais, a conjugação e construções sintáticas essenciais. O inquiridor selecionava seus informantes, anotando as características referentes à idade, sexo, grau de instrução e modo de vida. Na impossibilidade de visitar todos os lugares, Gilliéron e Edmont selecionavam uns poucos lugares de cada departamento franceses como os mais significativos.

Gilliéron tomou a si a tarefa de colecionar o material e preparar os mapas. Cada item tinha seu próprio mapa; cada forma obtida sob cada item recebia um número e, através daquele número, era registrada no mapa.

Os mapas que constituíram o *Atlas Linguístico da França* em dez volumes (*in folio*) foram publicados pela Editora Champion, que tomou a si as partes mais pesadas das despesas nessa tarefa.

Dessa maneira um novo método de investigação linguística foi criado e teve larga aceitação. Ao trabalho de Gilliéron se juntaram outros que cobriam todo o país ou tinham caráter regional.

Surgiu uma divergência referente ao modo de como iniciar o inquérito. O método através da correspondência que, como já vimos, fora adotado por Gustav Wenker em sua tarefa anterior à de Gilliéron encontrou adeptos. Foi este método que inspirou o linguista suíço Louis Gauchat, cujo primeiro passo nesta direção data de 1900. O resultado foi um trabalho coletivo, o primeiro volume do qual foi publicado mais de vinte anos depois. Seus autores foram Louis Gauchat, da Universidade de Zurique, J. Jean Jaquet da Universidade de Neuchatel, E. Tappolet da Universidade de Basileia, com a colaboração de E. Muret da Universidade de Genebra. Não é, entretanto, um atlas mas um glossário, cobrindo a vida rural da Suíça em sua parte românica.

Karl Jaberg, que sucedeu no cargo os primeiros autores, caracterizou o empreendimento em 1930 como "Um *corpus* definitivo e completo de tudo o que umas poucas pessoas criaram no domínio da língua, folclore e cultura".

O método através da correspondência, entretanto, não é adequado a uma completa investigação ou, mesmo, a uma afirmação gramatical objetiva, uma vez que os correspondentes, morando no local do inquérito, são levados a participar das tendências dos falantes locais. O pequeno círculo em torno de Gilliéron havia, realmente, levado em consideração o exemplo de Wenker e rejeitado seu método, como podemos ver pelas palavras de Roussetot na revisão do empreendimento de Wenker (1888).

Não é, todavia, somente por sua nova técnica de investigação que a geografia linguística é da mais profunda significação para a história da linguística.

Os pontos de vista teóricos de Gilliéron estavam em completo desacordo com a abordagem sistemática da linguagem que a doutrina neogramática estabelecera.

Gilliéron partilhava das ideias de Schuchardt no que dizia respeito à mudança fonética e chegou mesmo a negar, à língua

gem, em concordância com Schuchardt, o caráter de um sistema coletivo. Ele se concentrava em investigações de determinados vocábulos, para ele o único dado linguístico completo.

Suas ideias teóricas foram expostas em monografias que escreveu como complemento às descobertas do seu *Atlas Linguístico*. Proclamou o fracasso da etimologia fonética, isto é, a técnica etimológica de aplicar as bem estabelecidas leis fonéticas para chegar ao *etymon* da palavra.

Ao focalizar o vocábulo como o dado verdadeiro e ímpar em linguística, considerava a palavra como um tipo de ser vivo em luta pela vida na competição com outras palavras. Enfatizou a importância da homonímia, da paronímia, de choques fonéticos na cadeia falada, do pequeno volume fonético de um vocábulo para explicar as mudanças fonéticas em um vocábulo e sua substituição. Fez do empréstimo o fenômeno principal e central na mudança linguística. Por exemplo, explicou, por sua redução extremamente fonética, o desaparecimento do *é* francês (emitido do *apis* latino); por uma classe homônima a substituição *Moudire* (lat. *mulgere*) por *traire* (ou *tirer* e assim por diante) uma vez que o lat. *Molere* deu origem à forma *Moudire*; e o *h* aspirado em *héros* como devido ao esforço de não dizer *zéro* na combinação com o artigo plural *les*.

No caso do *patois* francês, acentuou o papel da língua literária através de jornais e do ensino como causa de uma mudança linguística ainda maior. Cria que em todo lugar, no mundo em geral, a linguagem das classes superiores tende a modificar e, até mesmo, a destruir, as línguas populares locais. Nesse sentido tomou o empréstimo, dentro de uma língua nacional, como um fenômeno poderoso destinado a impedir diferenças locais, ou de classe, em uma língua.

Gilliéron usava, na exposição de sua teoria linguística, metáforas de aspecto biológico. Considerando o vocábulo como um tipo de ser vivo lançado no mundo pelo seu uso nas bocas dos homens, tentou explicar suas viagens, a patologia de seu corpo fonético devido ao seu desgaste na fala apressada e co-

mo e o processo terapêutico que a língua delinea diante da patologia da palavra.

Podemos, portanto, resumir a teoria da mutação de Gilliéron da seguinte maneira: Existe uma incessante destruição no corpo fonético dos vocábulos através de condições práticas de intercâmbio entre os homens; os vocábulos se desgastam tais como os seres humanos nas vicissitudes de suas vidas. Daí as homonímias, paronímias, choques fonéticos que tornam o intercâmbio linguístico inadequado e deselegante. A língua procura remediar esta situação por um tipo de terapêutica, cujos processos-chave são o empréstimo e as criações por analogia. Suas ideias exerceram profunda influência entre os linguistas franceses. Havia, entretanto, certo esforço no sentido de tirar partido delas sem completa aceitação de seus revolucionários postulados teóricos. Em referência a isto, é significativo o trabalho polêmico de George Millardet, *Linguística e dialetologia românica* (1923), embora aplicando a técnica da geografia linguística no seu *Pequeno Atlas Linguístico da Região de Landes* (1909). Albert Dauzat, também, um neogramático em seus traços principais, foi partidário de Gilliéron e um adepto de seu método no *La Géographie Linguistique* (Paris, 1922) e *Philosophie du Langage* (Paris, 1932).

A geografia linguística é, ademais, importante como uma nova abordagem ao estudo histórico comparativo. Em vez de ter que recorrer aos textos antigos de fases passadas extintas, o investigador apenas focaliza os aspectos vivos, contemporâneos, da língua apreendendo as formas linguísticas no intercâmbio oral. Obtém-se uma corrente evolucionária pela comparação das muitas variantes de cada forma, cuja distribuição no espaço pode ser traduzida numa distribuição através do tempo de acordo com regras metodológicas. O aspecto fonético da variante ou sua existência num *patois* relativamente moderno ou notável por traços arcaicos constituem a chave para esta investigação histórica. Por essa razão é que, através da geografia linguística, uma nova técnica para o estudo histórico da linguagem foi imaginada sob o título de “reconstrução interna”.

Capítulo XVII

A VISÃO SAUSSUREANA DA LINGUAGEM

Relacionado com isto, os linguistas italianos Giulio Bertoni e Matteo Bartoli, muitos anos depois de Gillieron, criaram um método de *linguística areal*, por meio do qual eram capazes de classificar as áreas linguísticas de uma língua ou de um grupo de línguas como representantes contemporâneas de estágios linguísticos de desenvolvimento. Dividiram um território linguístico em áreas isoladas, laterais, principais e desaparecidas (isto é, áreas homogêneas que desapareceram deixando apenas umas poucas formas remanescentes).

Este foi o ponto de partida de uma nova escola de linguística cujos partidários se intitulavam novos linguistas-“Neolin-guistas”, em oposição aos neogramáticos. Seu preparo teórico é, na realidade, antineogramático, como veremos mais tarde.

No que se refere ao aspecto técnico da investigação pela geografia linguística, muitas melhoras foram feitas desde os dias de Gillieron.

O principal nome nesta melhora de método é o do suíço Karl Jaberg com dois livros: *Geografia linguística* (1908) e *Aspectos geográficos da língua* (1936), o primeiro em alemão e o segundo em francês. Com seu colega Jako Jüd publicou um volumoso *Atlas Linguístico da Itália e da parte sul da Suíça* (1928 em diante).

Vimos como o estudo geral da linguagem pouco a pouco se desenvolveu na base dos estudos comparativos do indo-europeu. Assinalamos os trabalhos de Max Müller e, principalmente, os de Whitney como os primeiros exemplos desta nova visão em linguística. Podemos também agrupar neste tipo de estudo as sínteses de Schmidt e Trombetti, embora este último visasse mais exatamente a uma gramática comparativa geral. Nos últimos anos do século XIX o linguista alemão Georg von der Gabelentz publicou um amplo tratado de linguística geral no qual nos oferece uma abordagem teórica geral à linguagem e um levantamento das línguas do mundo; seu livro se intitula *Linguística, seu objeto, seu método e seus resultados até agora*.

O principal trabalho sobre linguística geral, porém, foram os *Princípios*, de Hermann Paul, o qual, como vimos, desenvolvera, a partir da abordagem neogramática à gramática comparativa do indo-europeu, princípios gerais da linguagem, vista como uma ciência histórica. Excluiu deste estudo científico, como vimos, todo tipo de descrição do funcionamento da linguagem num momento dado, em uma dada sociedade.

Vimos também como o estudioso alemão Anton Marty opôs-se a este ponto de vista esboçando uma ciência descritiva da linguagem como reação à ciência histórica focalizada por Paul. Marty, porém, legou-nos apenas um trabalho fragmentário e muito incompleto e não estabeleceu uma série de princípios